



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 38ª
(TRIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS NO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL.
DE 05 DE MAIO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.625, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, a sessão ordinária de hoje fica transformada em comissão geral para debater a proposta de implantação de Organizações Sociais no sistema de saúde pública do Distrito Federal.

A pedido da Presidente, Deputada Celina Leão, e do autor do requerimento, Deputado Bispo Renato Andrade, esta Presidência suspende a presente reunião, convidando as Sras. e Srs. Deputados, bem como os demais convidados, a se dirigirem ao auditório desta Casa para participarem da comissão.

Está suspensa a reunião por 30 minutos.

(Suspensa às 15h15min., a sessão é reaberta às 15h52min.)

PRESIDENTE (BISPO RENATO ANDRADE) – Reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta Comissão Geral, para debater a Proposta de Implantação de Organizações Sociais no Sistema de Saúde Pública do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Para que nós possamos continuar com esta comissão geral, eu gostaria, antes de tudo, de agradecer a todos que aqui se encontram, aos Deputados que aqui já estão, Deputado Agaciel Maia, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante, e aos outros Deputados da Casa que vão descer daqui a pouco, estão em uma reunião para tratar de assuntos da Casa.

Eu gostaria de compor a Mesa, chamando para tomar assento conosco o Sr. Promotor de Justiça da Primeira Promotoria de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Jairo Bisol; o Sr. Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Marcelo Herbert de Lima; o Sr. Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio Ferreira; o Sr. Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Marcos Gutemberg Fialho da Costa; o Sr. Presidente eleito do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, Márcio da Mata Souza; o Sr. Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem – SINDATE, Jorge Viana; e o Sr. Presidente da Associação dos Servidores da Saúde, Hélio Francisco Nascimento.

O Dr. Jairo e o Sr. Jorge são bastante conhecidos, não é? O Dr. Jairo Bisol disse que é a primeira vez que não é vaiado, pelo contrário, foi aclamado.

Enquanto o Sr. Hélio chega à mesa, quero fazer um registro. O Secretário de Saúde me ligou e disse que não poderia comparecer hoje porque o Governo ainda não tem a posição formada sobre a situação da implantação das OS. Temos de respeitar o direito dele em não estar aqui, mas acho que perdeu uma grande oportunidade de passar a visão do Governo do Distrito Federal.

Pergunto se há algum representante do Secretário de Saúde presente? (Pausa.)

Agradecemos a presença de todos e, como queremos ganhar tempo para ouvi-los, pergunto aos Deputados que se encontram no plenário se gostariam de fazer uso da palavra agora ou mais tarde. (Pausa.)

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. gostaria de falar agora ou vai ouvir um pouco mais?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Vou ouvir umas três pessoas, depois eu falo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Mais algum Deputado no plenário? (Pausa.)

Acho que não. Registro a presença do Deputado Zé Flávio.

Quem quiser fazer uso da palavra, as inscrições estarão abertas para que vocês possam falar. Hoje, queremos ouvi-los mais do que falar. Quero fazer um pedido para a Mesa de ouvirmos as pessoas que quiserem expor as razões, se são favoráveis ou contra as OS, e depois a Mesa se pronuncia. Pode ser assim? (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Normalmente a praxe é ouvi-los primeiro, mas eu gostaria muito de ouvir as pessoas presentes. Quem quiser falar, tem que fazer a inscrição com o Cerimonial, pode vir aqui. Se não houver ninguém inscrito, vamos começar a ouvir os componentes da Mesa.

O tempo regimental é de três minutos para que todos usem do direito de usar a palavra.

Quero agradecer uma pessoa que conheci hoje, a Maura. Seja bem-vinda, Maura, você é uma guerreira. E tem outra moça, que tem a voz bem suave... Quem é a moça da voz suave? Tudo bem, sejam bem-vindas todas as moças de voz suave na Câmara Legislativa.

Concedo a palavra à primeira inscrita, Sra. Ciane Neves da Silva, enfermeira e Diretora do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal por três minutos. Logo em seguida, ouviremos o João do Violão, a Cláudia Aires, a Maura Lúcia, a Lia. Façam uso da tribuna, porque esta sessão está sendo gravada.

SRA. CIANE NEVES DA SILVA – Puxa vida, que responsabilidade. Inverteram a ordem e eu não estava preparada, confesso, mas vamos lá.

Boa tarde a todos. Falo como Diretora do Sindicato dos Enfermeiros eleita, que ainda não tomou posse.

Bom, algumas observações eu gostaria de fazer; cinco, na verdade. Uma é que, no debate que aconteceu em 14 de março, foram brilhantemente expostos todos os argumentos por todas as categorias – Sindate, SindSaúde, Sindicato dos Médicos, até dos Enfermeiros, o Conselho de Saúde, o Farmacêutico. Tudo foi exposto e foi unânime, com exceção de dois posicionamentos, que foi o do Secretário de Saúde, que hoje não está aqui, e do Deputado Roosevelt Vilela, se não me engano. Do contrário, todos tiveram o consenso argumentadamente favorável à não implantação das organizações de saúde no DF. Eu me lembro de que, naquele dia, o Secretário de Saúde, Dr. Humberto, disse que o governo não faria nada a esse respeito sem que houvesse consentimento do Conselho de Saúde e das categorias afins que ali se apresentavam. Porém não foi isso que foi observado. Já no dia seguinte, pela manhã, no jornal televisivo, ele declarou que assim o faria, que implementaria. Se alguém viu, está lembrado de que isso aconteceu.

Isso é lamentável. Por quê? Porque torna a nossa presença num debate tão importante como esse sem sentido e sem valor.

Por isso, eu proponho que hoje o resultado deste debate seja algo além, algo que consolide, algo documental que consolide a nossa participação, que já vem chovendo no molhado sobre os mesmos pontos. E uma das coisas que eu gostaria de sugerir para que isso acontecesse, essa consolidação, fosse que os Deputados Distritais, todos, assinassem a PELO nº 43, que foi proposta pelo Deputado Ricardo Vale. Isso, sim, já colocaria valor e peso naquilo que já está consolidado. Tiraria a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

gente daquela posição de estar falando, falando, falando e não ter valor final na história.

Outro posicionamento que eu gostaria de deixar claro – pena que não temos representantes diretos do governo aqui para ouvir – é que é muito difícil uma posição do governo de desenovelar tudo o que está acontecendo na saúde.

Então, eu tomo a liberdade, pelos profissionais de saúde do Distrito Federal, de dispor dos nossos serviços para ajudar o governo a construir um novo modelo de gestão para a saúde que não são as organizações de saúde.

Eu posso exemplificar aqui que são diversas as áreas onde isso pode estar acontecendo. A primeira é a administração correta. Por exemplo, o novo organograma da Secretaria de Saúde desestruturou e desarticulou os enfermeiros. Ora, a enfermagem, no geral, é responsável por mais da metade da mão de obra do serviço de saúde, e nós sabemos diretamente o que é gasto, como é gasto e quanto é gasto. Então não compete colocar um profissional que não seja da área para desempenhar o papel que nós sabemos bem, assim como o dos médicos.

Então, a política e a administração, nesse sentido, estão erradas. Nós dispomos da nossa mão de obra para poder ajudar o governo a articular melhor um programa de gestão que salve o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado.

Convido a Sra. Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília – SindSaúde/DF, Marli Rodrigues, para compor conosco a Mesa.

Quero registrar também a presença do Presidente do Sindate, João Cardoso, e do Presidente do Sintaco, Valdecir. Sejam bem-vindos.

Concedo a palavra ao Presidente do Conselho de Saúde do Paranoá, Sr. João do Violão.

Eu havia dito que ouviríamos as pessoas do auditório, mas vamos fazer o seguinte: vamos intercalando. Vamos ouvir três pessoas do auditório e um da Mesa. Pode ser? Obrigado.

SR. JOÃO DO VIOLÃO – Eu gostaria de desejar uma boa tarde a todos os presentes, principalmente aos nossos conselheiros, trabalhadores, usuários aqui presentes nessa sessão tão importante.

Eu estou Presidente do Conselho de Saúde do Paranoá, e fui uma das lideranças que lutou muito para implantar um hospital naquela cidade que pudesse atender toda a nossa região. E hoje nós estamos tendo muitos problemas naquele hospital, gente! Eu já conversei com o Dr. Jairo Bisol, pois são problemas seríssimos. Nós temos um hospital bonito, mas que não atende a demanda da nossa sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Lembrando também aqui ao nosso Presidente, Helvécio Ferreira, e aos nossos companheiros dos conselhos que nós tivemos a conferência distrital e a Conferência Nacional, onde foi aprovada uma resolução contra a implantação das OS. Quem participou sabe disso. Inclusive, o Dr. Helvécio sabe disso. Foi aprovada uma resolução, não somente na Conferência do Distrito Federal, como também na Conferência Nacional, por unanimidade, com mais de 5 mil pessoas participando no Centro de Convenções.

Aí alguém diz que tem de cumprir a resolução. Mas quem vai cumprir essa resolução que foi aprovada em nível nacional? Eu tenho uma preocupação muito grande aqui no Distrito Federal. Nós tivemos uma experiência em Santa Maria que não atendeu à sociedade de lá, não atendeu aos moradores de Santa Maria. E eu tenho certeza de que se implantarmos as OS aqui no Distrito Federal, quem vai sofrer com isso será toda a comunidade usuária a qual eu represento.

E aí eu quero chamar a atenção de todos os conselhos regionais, viu, Maura, o Conselho de Saúde do Distrito Federal, cujo Presidente é o Helvécio, para que juntos, todos os conselhos regionais aprovem, em cada conselho, uma resolução contra a implantação das OS aqui no Distrito Federal. E junto ao conselho do Distrito Federal, Helvécio, que nós aprovássemos uma resolução em conjunto com o Conselho do Distrito Federal para que não sejam implantadas as OS aqui no Distrito Federal, porque vai assolar a vida dessa sociedade, do nosso povo.

E eu tenho certeza de que os nossos trabalhadores que também sofrem nos hospitais, nas regionais, vão sofrer também. Porque se o governo diz que não tem dinheiro para comprar medicamentos, para investir na saúde, vai ter dinheiro para pagar a empresa que vai comandar a saúde no Distrito Federal?

Eu agradeço. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado. Eu quero fazer também menção à honrosa presença do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, com Dr. Geraldo Ferreira Filho, e também a do Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Sr. Jorge Darze. Sejam bem-vindos.

Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, Dr. Geraldo Ferreira Filho.

SR. GERALDO FERREIRA FILHO – Muito obrigado.

Eu queria parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade pela oportunidade em que é convocada essa audiência pública. Muito importante.

Minhas saudações também ao Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília, Dr. Marcos Gutemberg Fialho da Costa, um lutador, um batalhador em defesa da sua categoria, mas também da saúde pública e da sociedade do Distrito Federal. O Carlos Fernandes também, que é nosso Vice-Presidente aqui em Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Qual é a argumentação a favor que se ouve dessas OS? Primeiro essa Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando a gente pergunta a todo governante: para que OS? A resposta é: nós não podemos mais contratar ninguém, e isso é a salvação da lavoura. O mesmo argumento é usado para se criar a EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que hoje administra os hospitais universitários e já começou a mostrar os seus problemas. Ou seja, se não havia dinheiro para o funcionalismo público do Regime Jurídico Único, também não tem para os contratados, nem para o abastecimento hospitalar. O resultado nós já conhecemos: endividamento e, em longo prazo, o fechamento dessas instituições. É a esse quadro que a gente assiste no Brasil como um todo.

Outro argumento, também extremamente frágil, é que a estabilidade do servidor serviria para transformar esse servidor numa espécie de monstro, ou seja, um indivíduo preguiçoso que não produziria mais nada. São argumentos que não se sustentam, porque a falha estrutural está no mecanismo de hierarquização do serviço. Na verdade, os cargos de gestão são mal remunerados. Hoje ninguém se interessa em exercer chefia, e isso tem provocado uma desarrumação generalizada no setor.

Eu acho muita coragem do secretário em avançar na direção de contratar OS. Pela experiência no Rio Grande do Norte que eu vejo, os secretários que contrataram organizações sociais para dirigir hospitais públicos ou instituições públicas, todos eles, todos estão respondendo a processos na Justiça. Todos eles estão com o patrimônio em risco.

Dois colegas queridíssimos, médicos amigos nossos, quando a gente os vê tristes, cabisbaixos, a gente começa a circular nos corredores e dizem: o processo foi reativado, o estão ameaçando aí com 1, 2 milhões de multas. O camarada fica deprimido, depressivo. Então, é muita coragem. O secretário tem que ter muito cuidado com isso.

Para encerrar, eu gostaria de dizer o seguinte: quando se tem um regime jurídico único, há um compromisso entre o trabalhador e a sociedade, e também o empregador, que é o governo. Qual é esse compromisso? Eu lhe dou estabilidade, para que você zele pelo seu serviço. Zelar pelo serviço significa: defender as condições de trabalho, denunciar os mafeitos da gestão superior e proteger a sociedade.

Muitas vezes, quando o gestor quer contratar OS, ele quer promover o inverso disso. Ou seja, OS serve para oprimir, calar e silenciar esse trabalhador, de forma que ele não tenha voz ativa para dizer: esse serviço não funciona, a vacina que deveria ter aqui não tem, o medicamento que a gente devia usar não tem, a carne comprada para alimentar os pacientes, que era de primeira, está chegando de terceira. OS, muitas vezes, são utilizadas com esse objetivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

No Rio Grande do Norte, as organizações sociais que foram gerir os hospitais ou as unidades de saúde mergulharam o Estado nos maiores escândalos de corrupção. Foi assim no Hospital da Mulher em Mossoró, e foi assim no Maria Alice Fernandes, em Natal. Infelizmente o retrato é esse.

Eu acho que esse espaço...

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Dr. Geraldo, o senhor é convidado e eu já lhe dei cinco minutos. Vou dar ao senhor mais um minuto.

SR. GERALDO FERREIRA FILHO – Perdoe-me. De qualquer forma, eu concluo dizendo o seguinte: é necessário que haja respeito à Constituição. A Constituição é muito clara: o serviço tem que ser público. Pode ser complementado pelo privado? Pode, mas não nesse modelo. Não nesse modelo. Esse modelo é destinado de forma sub-reptícia, infelizmente, para ser atravessador de financiamento de campanha, e a gente não pode aceitar isso. Então, regime jurídico único. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado ao Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte. Quero fazer menção à presença no plenário do meu grande amigo Deputado Prof. Reginaldo Veras. Esse também é um Deputado firme.

Convido para fazer uso da palavra mais uma pessoa do plenário, depois começaremos com a Mesa. Concedo a palavra à Sra. Cláudia Aires Barbosa, Conselheira do Conselho de Saúde do Paranoá.

SRA. CLÁUDIA AIRES BARBOSA – Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Bispo Renato Andrade, e cumprimento essa plateia tão bonita que está aqui nos ajudando a defender o maior patrimônio do povo brasileiro, que é o Sistema Único de Saúde.

Eu gostaria de contestar algumas afirmações do nosso governo. Uma das afirmações, nas audiências públicas e em todos os locais em que a gente tem lutado contra essas OS, eles sempre vêm querer nos convencer de que os servidores públicos não serão prejudicados, que os seus direitos não serão prejudicados. Eu gostaria de lembrar aos nobres Deputados e a todos esses maravilhosos componentes da Mesa que o maior prejuízo que nós podemos ter é perder o concurso público. Esse é o nosso maior prejuízo e vai prejudicar não só essa geração, mas também as gerações futuras, pois nossos filhos que têm aptidão, que têm sonhos de pertencerem à saúde pública, serem servidores do SUS, não terão oportunidade de receber salários dignos. Não terão essa oportunidade, porque fecharão as portas do concurso público.

Eu gostaria de lembrar que o prejuízo vai alcançar além da meritocracia do concurso público, porque começarão a entrar por apadrinhamento e não mais por mérito. Além desse, vai alcançar também o prejuízo de não mais conseguir que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

nossos profissionais tenham formação continuada. Todos os profissionais aqui presentes sabem muito bem quanto é caro um curso na área da saúde, quanto é caro fazer um curso de aperfeiçoamento. Esses cursos são pagos diretamente dos nossos bolsos, não é o governo que nos oferece curso. Eles são caríssimos e nunca custam menos que mil, mil e duzentos, dois mil reais. Vários de nós, para nos aperfeiçoarmos, pagamos em prestações para prestar um bom serviço à população. As OS destroem o salário do servidor. O servidor não vai mais ter condições de pagar esses cursos, e isso vai influir diretamente no aumento dos erros, porque saúde é uma educação continuada. A gente tem que estudar continuamente. Os erros vão aumentar, e isso vai diretamente de encontro aos interesses dos usuários, que serão prejudicados.

Eu gostaria de lembrar que o Tribunal de Contas de São Paulo tem afirmado que 50% a mais dos gastos públicos estão sendo com as implantações de qualquer tipo de terceirização, e principalmente na saúde. Então, o argumento de economia aos cofres públicos não se sustenta, porque não é isso que a gente vê. O que a gente vê é entrar com uma quantidade, e os aditivos do contrato fazerem com que os contratos das OS se tornem bilionários, como aconteceu em Goiânia. Começou com 333 milhões, e em menos de um ano já estava com mais de 1 bilhão e 200 milhões.

Então, eu faço um apelo a todos nós que estamos aqui. Vamos conscientizar os nossos vizinhos, as nossas famílias e todo o povo de Brasília. Nós precisamos conservar o Sistema Único de Saúde. Essa é a nossa principal bandeira.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado.

Vamos começar ouvindo a Mesa. Assim que quiserem, podem se pronunciar o Deputado Chico Vigilante, bem como o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Presidente da Associação dos Servidores da Saúde, Sr. Hélio Francisco do Nascimento.

SR. HÉLIO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Sr. Presidente, senhoras e senhores, quero cumprimentar todos com um boa tarde. Em nome da Associação dos Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Saúde de Brasília, agradeço esta Casa na pessoa do Deputado Bispo Renato Andrade pela disposição de abrir essa oportunidade a nós, lideranças da saúde pública do Distrito Federal, para debatermos essa questão tão importante que é a privatização do serviço de saúde.

Não vamos ficar repetindo aquilo que todo mundo já sabe. O que nós precisamos é resgatar o que é tão importante: o diálogo, o debate entre as instituições e, principalmente, entre o governo e a sociedade. Qualquer instituição que não é mais capaz de dialogar está fadada ao fracasso, até mesmo a própria família, quando não dialoga, quando não se entende mais, se destrói, acaba.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Hoje o sistema de saúde de Brasília está na UTI. Não sabemos para aonde vamos, não sabemos a quem recorrer. As coisas estão vindo de cima para baixo e nós, servidores, estamos apenas assistindo ao que está acontecendo. Está nos faltando até mesmo disposição e ânimo para tomarmos a bandeira da saúde e fazermos o que todos estão fazendo aqui hoje, deixando o trabalho, deixando a casa, deixando os outros afazeres para virem para cá. É por isso que é importante esta oportunidade que estamos tendo aqui, agora. Como o Deputado Bispo Renato Andrade falou, é necessário que haja um amplo debate, um profundo debate, para que se traga à tona o que realmente está por trás de tudo isso.

Quero dizer também, para finalizar, que a pior arma que temos hoje, infelizmente, chama-se caneta. Esse instrumento tão pequeno pode destruir muitas vidas. As coisas estão sendo assinadas às escuras, sem a gente saber realmente o que está acontecendo, e depois que essa arma é acionada, fica difícil consertar o estrago.

Então, o nosso apelo é no sentido da união de todas as representações, sindicatos, conselho, da própria Casa Legislativa, de todos que tiverem algum tipo de influência ou não, até mesmo dos colegas de trabalho, para fazermos esse trabalho de conscientização da importância de a saúde retornar para as nossas mãos. Esse é o apelo da Associação dos Servidores Públicos da Saúde do Distrito Federal. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Hélio.

Quero também agradecer a presença da Sra. Lucilene Úrsula, representante atual da Diretoria do Sindicato dos Enfermeiros; do Sr. Ademir Domício, presidente do Sindicato dos Atendentes de Saúde; do Sr. Etieno Sousa, presidente da AACs – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF; do Sr. Jorge, que já apresentamos; do Prof. Zanetti, superintendente da Região Leste de Saúde – muito obrigado pela presença; do Sr. Geraldo Ferreira, secretário da Federação Nacional dos Médicos, que nós já apresentamos; do Sr. Luiz Foguete, presidente do Conselho de Saúde de São Sebastião; do Sr. Amauri Pessoa, representante do Deputado Cláudio Abrantes; do Sr. Márcio Paiva, Vice-Presidente do Sindireta; da Sra. Denise Bastos, presidente do Conselho de Saúde de Santa Maria; do Sr. João Cardoso da Silva, presidente do Sindate; da Sra. Jaqueline Perez, chefe da Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor, Seplag; do Sr. Carlos Fernando da Silva, vice-presidente do Sindicato dos Médicos.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, quero, na pessoa de V.Exa., cumprimentar a todos os integrantes da Mesa. A Lia é a companheira mais animada nessa briga contra a OS. Cumprimento todo mundo aqui do plenário e da galeria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Esse é o terceiro ou quarto debate que se realiza aqui sobre OS, e eu nunca vi, Deputado Bispo Renato Andrade, ninguém mais teimoso do que o Rollemberg. Não tive notícia de ninguém assim. Todo mundo lembra que, na campanha eleitoral, o então candidato e agora Governador dizia que faltava gestão. Dinheiro tinha, faltava gestão. Os vídeos estão todos aí no YouTube. Dinheiro tinha, faltava gestão.

Eu tenho dito que dinheiro tem. O que aumentou foi a falta de gestão. Alguns perderam a vergonha. Esse é o problema! (Palmas.) Não tenho notícia de um estado brasileiro em que a OS tenha passado e tenha dado certo. Apontem-me um em que não houve um rastro de roubalheira e de incompetência. Eles ficam querendo iludir as pessoas dizendo que o atendimento de OS será igual ao atendimento do Sarah Kubitschek. Não será. O Sarah Kubitschek é uma coisa completamente diferente de uma OS.

Eu era Deputado Federal quando foi votada a lei que criou o Sarah Kubitschek. Para o Sarah Kubitschek, o dinheiro vem direto do Tesouro, não passa pelo SUS. E é muito dinheiro. Com o dinheiro da Fundação Sarah Kubitschek, qualquer um de nós fará um trabalho idêntico àquele, até porque, a entrada é seletiva no Sarah Kubitschek. Não há portas abertas para quem chegar doente. A mesma coisa é no Hospital da Criança. Não. O Hospital da Criança também é seletivo.

Aí, o que eles querem fazer? Eu dou um exemplo. Pegam o Hospital da Ceilândia, fazem um contrato, dizem que é para duzentos leitos. Aqueles duzentos que vão ter a sorte de adoecer primeiro e entrar no Hospital da Ceilândia vão ser super bem atendidos, e os outros, que vão estar batendo na porta todos os dias, vão para a rede pública, que vai continuar piorada.

Não venham me dizer: “Não, não. Não vou prejudicar os servidores. “Vão prejudicar sim, porque, com os servidores que estão trabalhando, se contratarem as OS, vai ser feito o mesmo que o Collor fez na época em que entrou na Presidência: colocou-os em disponibilidade. Colocaram em disponibilidade. Quantas pessoas se suicidaram naquela época? Inclusive, o Collor tinha que ser preso por aquelas pessoas que perderam a vida.

O Governador Rodrigo Rollemberg insiste em dizer que não tem dinheiro. Eu estou aqui – e vou distribuir para vocês – com o SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental. S.Exa. deveria olhar todos os dias, porque todos os dias eu olho e tiro o extrato. Hoje há em caixa R\$ 2.444.822.385,49 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

O Fundo de Saúde do Distrito Federal, que é um dinheiro que vem diretamente do Ministério da Saúde, tem em caixa hoje R\$ 552.640.988,03 (quinhentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e oito reais e três centavos). Desse dinheiro, tem R\$ 287.000.000,00



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

(duzentos e oitenta e sete milhões de reais) em fundo de curto prazo, tem R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) aplicado em CDB. Quem aplica em CDB é porque não está tão aperreado. Não venham me dizer que é dinheiro vinculado, porque isso aqui é uma questão de gestão. Podem retirar o dinheiro, gastá-lo e depois repor. Se o Dr. Bisol, que está aqui, pessoa por quem eu tenho o maior respeito, chamar, explica a ele por que tirou. O que está faltando hoje? Dizia, há pouco, o Dr. Gutemberg que está faltando até gaze nos hospitais, tanto é que os médicos estão fazendo vaquinha lá para comprar. Falta de tudo, porque falta gestão, falta seriedade.

Portanto, que o Governo saiba que esse projeto não passa na Câmara Legislativa. Se tentar fazê-lo à revelia da lei, vai ser derrubado na Justiça. Mas a impressão que eu tenho – eu já falei isso e vou repetir aqui – é que estão sucateando ao máximo, para quando estiver tudo destruído, chegar e dizer que a solução é as OS, e aí as pessoas, que estão no desespero, podem apoiar o governo, dizendo que a solução é as OS.

Criaram essa imoralidade, e os meios de comunicação – pelo menos alguns – contribuíram muito com isso, dizendo que servidor é preguiçoso. É mentira. O servidor, especialmente o da saúde, é dedicado. Eu conheço o quadro de servidores da saúde do Distrito Federal. Todos. Eu sei da seriedade com que eles tratam as coisas. Agora, comparem o servidor com os trabalhadores terceirizados da saúde. Vejam como é a vida dos vigilantes com as empresas terceirizadas. Vejam como é a vida dos trabalhadores da limpeza com as empresas terceirizadas.

Eu digo a vocês: a OS é um monstro pior do que a empresa terceirizada, até porque, ninguém sabe quem é o dono. E não venham me dizer que é uma organização que não visa ao lucro. Alguém monta alguma coisa para não ter lucro? A gente viu aqueles carrões daquela OS do Rio de Janeiro. Roubaram, acumularam, liquidaram o patrimônio público, ferraram com os servidores e foram embora. O Estado vai pagar duas vezes: pagou para eles e vai ter que pagar de novo.

Para não falarmos de longe, lá do Rio Grande do Norte, vamos pegar aqui o rastro de destruição que a Real Espanhola deixou em Brasília. Será que não foi exemplo o Hospital de Santa Maria? Vejam, no nosso vizinho Estado de Goiás, a destruição que Marconi Perillo está fazendo.

Vamos lá ao meu estado, Maranhão. Sou maranhense. Lá, arrumaram uma coisa pior chamada cooperativa de saúde. Os médicos e todos os servidores se iludiram, porque pagava bem. Naquele tempo, tinha médico ganhando 30 mil reais no interior do Maranhão. Ficou dois anos. Era excelente, o atendimento era muito bom. Dois anos depois, acabou, e o rastro de destruição que ficou... Até hoje o Estado não se reergueu. Está lá o Flávio Dino ainda enfrentando a maior dificuldade para reimplantar o sistema de saúde pública no Estado do Maranhão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

É por isso que eu quero chamar a atenção do Governador Rollemberg: Governador, V.Exa., que fez tantas rodas de conversa, está na hora de chamar os sindicatos e pedir ajuda para administrar a saúde do Distrito Federal, os conselhos de saúde todos.

Senhores médicos que estão aqui, senhor que veio lá do Rio Grande do Norte, dá para haver gestão onde, em um ano e três meses, trocou-se o Secretário de Saúde três vezes? Não tem gestão, não tem continuidade, não tem compromisso, não tem nada. Falta seriedade.

Um dia, eu disse para o Fábio Gondim – o Deputado Bispo Renato Andrade se lembra – que ele era louco, porque ele estava assumindo a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. E eu digo que qualquer um que entrar nessa gangorra é maluco. Ou coloca um plano efetivamente para funcionar, chama os servidores para se engajarem nisso e bota a comunidade junto, ou não vai funcionar.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está vendo que a Oposição tem voz nesta Casa, mas V.Exa. já está com voz demais. Um minuto para concluir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Portanto, não dá para continuar com essa ideia maluca de OS.

Também não dá para ficar a vida inteira criticando a gestão passada, porque o Rollemberg sabia da situação. Foi deputado distrital, foi deputado federal, foi senador da república e se candidatou a governador. Ninguém obriga ninguém a ser candidato a governador. Candidata-se porque quer. Sabia o que ia receber. Fez a roda de conversa e agora não quer mais conversar? Conversar é dar oportunidade para que os outros falem também. Não é só ouvir e depois não seguir.

Dr. Bisol, se S.Exa. resolvesse achar que o Ministério Público só tem birra e ouvisse as sugestões que o Ministério Público tem, certamente, em pouco tempo, consertaríamos a saúde do Distrito Federal. Agora, o que não pode é as pessoas continuarem morrendo do jeito que estão.

Para concluir, quero dizer que, no que depender de mim, OS não passa nesta Casa, porque é uma questão de princípio e princípio não se negocia. No que depender de mim, não passa.

Espero que os Deputados, mesmo aqueles que apoiam o governo, não aceitem essa imposição, esse embuste, essa imoralidade que é esse negócio de OS, que não deveria existir, deveria ser proibido no Brasil, em todo o território nacional.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Aproveito a oportunidade para convidar os Deputados que apoiam o governo para descerem ao plenário para se explicarem ao povo. Quer dizer que, para ganhar voto, para pedir voto para a população, eles vão; para apoiar o governo quando a população não está aqui, eles vêm. É hora de mostrar a cara e dizer se está do lado da população ou do lado do governo.

Então, eu gostaria de fazer um apelo aos Deputados que são da base do Governador Rodrigo Rollemberg. O Deputado Chico Vigilante disse aqui, há pouco, que S.Exa. é cabeça dura. Mais cabeça dura é quem orienta S.Exa.

Dinheiro para Natura, quatrocentos milhões. Setecentos milhões para os empresários do setor de transporte público têm, mas pessoas morrendo por falta de atendimento nos hospitais também têm. Disseram para mim hoje que tinha que prender médico. Não tem que prender médico, não; tem que prender o Secretário de Saúde do Distrito Federal. Não é prender médico, não; não é prender servidor, não. É que, quando o Deputado Chico Vigilante fala, eu me sinto empolgado. (Risos.)

Está conosco o meu nobre amigo Deputado Raimundo Ribeiro. Quando eu olho para S.Exa., eu fico mais sereno.

V.Exa. quer falar agora ou quer esperar mais um pouquinho, Deputado? (Pausa.) É só falar em pessoal do governo que o Deputado Raimundo Ribeiro vem defender o governo agora.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Bem, eu quero primeiro cumprimentar nosso Deputado Bispo Renato Andrade, que preside essa Mesa, Terceiro-Secretário desta Casa; o Dr. Jairo Bisol, da Promotoria de Saúde do Ministério Público do DF e Territórios; o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Dr. Marcelo Herbert; o Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Sr. Helvécio Ferreira; o Presidente do Sindicato dos Médicos, nosso amigo Gutemberg Fialho; o Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, Sr. Márcio da Mata Souza; o Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, Sr. Jorge Viana; a minha amiga Marli Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde; o Presidente da Associação dos Servidores da Saúde, Sr. Hélio Francisco. Quero cumprimentar todos que estão aqui nesta Casa, que esta Casa acolhe na pessoa do meu amigo Bira, que está aqui conosco, do pessoal de Radiologia.

Eu fiz questão, Deputado Bispo Renato Andrade, de comparecer a esta sessão, primeiro, para parabenizá-lo e, ao mesmo tempo, para trazer uma reflexão. Em primeiro lugar, esse assunto é de uma seriedade ímpar, porque ele é vital para o nosso patrão. Quem é o nosso patrão? É o cidadão do Distrito Federal. Esse é que é o nosso patrão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

É claro que sabemos que aqui nós temos os interesses mais diversos. Nós temos interesses privados, nós temos interesses públicos, nós temos interesses corporativos, enfim, todos os interesses legítimos, mas existe um interesse que está à frente de todos esses, que é o interesse do cidadão do Distrito Federal. É esse que está sendo prejudicado, não com a discussão, porque, da discussão, pode surgir uma solução. Mas está sendo prejudicado e não é de hoje, há muito tempo. E posso falar isso muito à vontade, porque moro nesta cidade desde 1967. Há muito tempo, ele vem sendo prejudicado com o serviço de saúde que está sendo prestado no Distrito Federal. E aí, às vezes, Marli, ficamos com facilidade de encontrar algum culpado. Mas eu acho que nós temos que fazer uma reflexão. Acho que a culpa não é o mais importante nesse momento. O mais importante é a solução que nós podemos oferecer. E oferecer com muita rapidez. É por isso que eu falei da seriedade deste tema. Nós temos que oferecer com muita rapidez porque todos nós que somos atores e que estamos envolvidos nesse processo temos a responsabilidade de propor soluções. Parece-me que é notório que algo tem que mudar, porque o serviço que está sendo oferecido não é o melhor. Isso é notório. Agora, qual é a solução? A solução é essa que está sendo apresentada pelo Poder Executivo? Não é. Se não é, qual é a solução que nós vamos apresentar? É muito fácil. Eu poderia aqui, em busca do aplauso fácil, fazer outro tipo de discurso, mas tenho que fazer o discurso com as pessoas com quem eu tenho compromisso. O compromisso que eu tenho é com o cidadão do Distrito Federal. E aqui não estou desmerecendo nenhum. Sou um servidor público como inúmeros servidores públicos que estão aqui e que – eu sei – sofrem por não conseguirem prestar o serviço que gostariam de prestar.

Agora, se nós identificarmos as causas – e nós sabemos já que algumas estão identificadas... Eu vou dar um exemplo para vocês que, inclusive, foi motivo de protesto aqui neste plenário, nesta semana: a questão da tocha. Nós aqui, juntamente com o Deputado Wellington Luiz, elogiamos e achamos importante a passagem da tocha. Agora, alguém, de uma forma absurda associada à burrice, suspender cirurgia é brincadeira! Não dá! Primeiro porque não temos o direito de fazer isso. Sabemos o sofrimento das pessoas ao esperarem uma cirurgia por tanto tempo. Então, o governo não podia ter feito isso. Na semana que vem, vou verificar a questão da perícia médica. Cansei de receber fotos das pessoas que vão para lá e que são atendidas da pior forma possível. Aliás, um aluguel também absurdo que se paga: mais de cem mil reais por mês. Quer dizer, este é o papel que o Legislativo tem de assumir: fiscalizar, denunciar e buscar soluções.

O que precisamos fazer é uma reflexão, mesmo. Acho que uma audiência como esta, Deputado Bispo Renato Andrade, pode ser o início desse processo. Eu gostaria de propor a V.Exa., que é quem cuida tão bem desse assunto, e a mais alguns Parlamentares que fizéssemos um seminário para que pudéssemos ouvir sugestões concretas. Uma coisa eu já sei: essa proposta do Poder Executivo de O.S., imitando Goiânia parece que não é boa. Então, se não é boa, ok. Vamos buscar a melhor solução. O que não podemos é deixar do jeito que está. Do jeito que está,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

aquele que nós, cinicamente, apelidamos de paciente é que se lasca na história toda, porque paga a festa e não tem o serviço que deseja.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar o nosso gabinete à disposição. Caso V.Exa. entenda que deve acatar a nossa sugestão de fazer um seminário e que os setores, os atores envolvidos possam trazer contribuições substanciais, que possamos discutir e, a partir daí, exigir que o governo implemente isso, estaremos à inteira disposição.

Eu agradeço a V.Exa. o minuto a mais que me foi concedido.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O prazo regimental hoje foi desobedecido pelo Deputado Chico Vigilante e eu não poderia deixar de permitir isso ao senhor também.

Acato, com certeza, a sugestão de V.Exa. A Deputada Celina Leão descera daqui a pouco. Ela, como Presidente, e nós, da Mesa Diretora, faremos esta discussão com toda certeza.

Convido a fazer parte da Mesa a Secretária Adjunta de Saúde do Distrito Federal, Sra. Eliene Berger. (Palmas.)

Concedo a palavra à Sra. Maura Lúcia Gonçalves.

SRA. MAURA LÚCIA GONÇALVES – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Bispo Renato Andrade. Boa tarde ao pessoal da galeria e aos meus amigos conselheiros.

Eu não irei me repetir, porque aqui já foi falado o que eu gostaria de ter colocado, mas eu vou pegar um gancho na fala do Deputado Raimundo Ribeiro. Eu, sinceramente, venho fazendo um trabalho em todos os conselhos regionais – assim como alguns Deputados e sindicatos –, já há quase um ano. É o terceiro encontro para falar de OS em uma Casa que delibera direitos, que é a Câmara Legislativa. O Sistema Único de Saúde não é um projeto de governo, não é um projeto político, é um projeto do povo brasileiro. Esta Casa tem Deputados eleitos pelo povo, com votos do povo, e tem a função máxima de defender direitos; e a saúde é um direito social. Eu não quero voltar aqui ou a nenhum outro lugar para discutir se vai ter OS ou não na saúde. Eu até me permito ir a um seminário para garantir melhorias no Sistema Único de Saúde do Distrito Federal, com técnicos, gestores, trabalhadores, professores; mas discutir se vai ter OS ou não no Distrito Federal, como sugestão de Deputado eleito pelo povo do Distrito Federal que quer ainda discutir se vai tirar direitos sociais da população do Distrito Federal, eu não vou. Saúde é direito e eu não posso, representando o Núcleo Bandeirante, voltar à minha cidade e dizer que eu irei me reunir de novo com representantes do povo que estão na Câmara Legislativa para decidir se vão ou não retirar o direito social de se ter saúde gratuita no Distrito Federal, em uma próxima reunião. Eu acredito que hoje a gente deva sair daqui com um documento, e eu vou voltar à minha cidade dizendo que não vai



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

existir mais OS no Distrito Federal. Foi para isso que eu vim aqui, hoje. Eu não vou voltar ao Núcleo Bandeirante, como Presidente do Conselho de Saúde daquela cidade, sem essa resposta.

Srs. Deputados, por favor, vamos definir isso hoje. Vim aqui para isso e não vou voltar sem esta resposta: OS no Distrito Federal, não! Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Maura.

O Dr. Jairo Bisol terá de sair, mas não sem antes transmitir seu recado. Nós agradecemos a gentileza, diante de tantos compromissos que ele tem, de ter aberto esse espaço para estar aqui, conosco.

Concedo a palavra ao Dr. Jairo Bisol.

SR. JAIRO BISOL – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço muito a oportunidade de estar nesta reunião, sobre um tema tão importante para a saúde, a questão da proposta que está se desenhando de um modelo de gestão que se utiliza das organizações sociais.

Pedi para falar antes, porque terei uma reunião justamente com o Secretário de Saúde, exatamente um compromisso que esta Casa me passou em uma audiência pública, na semana passada, sobre autismo. Eu fiquei de coordenar uma reunião, junto com o secretário, para avançar na proposta de um centro de referência para o autismo. Então, tenho que cumprir essa tarefa que o Parlamento me passou.

Começo com um pouquinho de história. Eu gostaria de lembrar a todos aqui um poeta do século VIII, a.C., que nos legou duas obras que são os primeiros livros do Ocidente. Na realidade, ele nem os escreveu. É uma história longa e não vou contá-la, porque naquela época o alfabeto ainda não havia sido inventado. Trata-se de Homero. Eu me refiro a uma das epopeias de Homero, a Ilíada. Quando li Ilíada, eu era jovem, na época eu tinha cabelo. Houve um capítulo que deixou meus cabelos em pé. É justamente sobre uma instituição de guerra dos gregos arcaicos do século VIII a.C. – a assembleia dos guerreiros. Deputado, Homero narra assim a assembleia dos guerreiros: “Todo guerreiro tem direito à palavra. A assembleia, convocada, se organiza num círculo, e o guerreiro que quiser fazer uso da isogoria” – que é o direito à palavra – “deve se dirigir ao guerreiro chefe” – que era Anax, o Agamenon – “e pegar o cetro” – que era o símbolo do poder – “e dirigir-se ao centro da assembleia para dar a sua doxa” – a sua opinião. Sabe por que opinião? Porque os guerreiros arcaicos achavam que a verdade era um atributo exclusivo da palavra dos deuses. Só a palavra divina era verdadeira. Os homens tinham, tão somente, opiniões.

Meus cabelos ficaram em pé – eu tinha muitos cabelos – exatamente porque ali estava, no desenho de uma instituição de guerra da Grécia arcaica, a origem da democracia, a origem desta Casa, do Parlamento. Aqui é uma Casa onde ninguém é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

dono da verdade. Aqui é uma Casa das opiniões. Todas as opiniões são válidas, todas as opiniões têm que ser colocadas na balança.

Podemos não ser aqui homens de verdade, nem devemos sê-los, mas certamente, Deputado, somos homens de convicção, e me parece muito claro, nesta tarde, que há uma convicção se consolidando, na sociedade do Distrito Federal, contrária à consolidação das OS como solução para a saúde pública do DF.

Se nós olharmos para a saúde pública, nós vamos ver que ela já se encontra, há alguns anos, numa situação de UTI. Eu diria que o desafio maior é tirar a saúde pública dessa situação de UTI. Os desafios para reconstruir o SUS são muito maiores. Eu vou colocar dois principais desafios do atual governo para recompor minimamente a estrutura de saúde – não é para consertar, não –, colocá-la minimamente em funcionamento, como estava há uns três, quatro anos, e parar com as mortes nos hospitais públicos, que é o que está em curso. Dois desafios.

Eu fico até comovido com o governo e conosco, porque não é só um problema do governo. Isso é um problema da sociedade brasileira, um problema de todos nós. Eu vou dizer qual é o primeiro problema e quero saber qual a solução. Déficit orçamentário. A saúde tem algo em torno de 2 a 2 bilhões e meio, senão 3, a menos no seu orçamento. E vai faltar dinheiro para a saúde, do meio para o final do ano. Como equacionar esse problema?

Certamente os Deputados votaram contrariamente, mas lembro que foi votado esse orçamento deficitário aqui nesta Casa, o orçamento com os mesmos valores do ano passado, que se mostraram absolutamente inviáveis para bancar a saúde no ano passado. Neste ano, menos viáveis ainda. Esse é um problema grave.

E não é uma decisão de governo tomada porque não se quer saber de dinheiro para a saúde. Nós sabemos muito bem que há uma queda real, consistente na arrecadação. Isso não é um problema de governo. É um problema de todos nós. Essa é a realidade do Distrito Federal. É uma realidade nacional, porque a crise não é local, mas nós estamos aqui falando de Distrito Federal. Essa é uma realidade.

Na minha opinião, se nós pensarmos em discutir esse tema sem os dois pés no chão, não vamos andar para lugar nenhum. O primeiro grande desafio é esse, déficit orçamentário. Não se faz saúde com o dinheiro que se tem.

O segundo não é menos grave. Isso para tirá-la da lona, colocá-la em pé de novo. Não é para resolver o problema. Déficit de pessoal. Temos aqui o nosso querido e guerreiro Dr. Gutemberg, que é um representante da classe médica. Especialmente na classe dele, o déficit de pessoal é mais acentuado – na classe médica na Secretaria de Saúde – e gravíssimo. Ele se estende pelas outras áreas, inclusive há déficit de pessoal administrativo, que é um problema muito sério. Não se consegue tocar a gestão de uma macroestrutura com o déficit de pessoal no campo da administração. É grave. O déficit é generalizado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Eu pergunto, então, aos senhores Deputados, ao Plenário: OS resolve o problema de déficit de pessoal?

(Manifestação na galeria.)

SR. JAIRO BISOL – OS resolve o problema de déficit orçamentário?

(Manifestação na galeria.)

SR. JAIRO BISOL – Então, nós estamos discutindo isso completamente *a latere* das questões que deveriam ser discutidas para se equacionar minimamente o nosso problema. (Palmas.)

Já que se falou que não estamos defendendo o governo, deixem-me defendê-lo um pouco aqui. Eu tenho testemunhado o esforço do Governador, o esforço da Secretaria de Saúde para buscar soluções para a saúde pública. Tenho testemunhado isso e tenho visto um governo aberto ao diálogo. Então, tenho dialogado. Agora, eu pergunto...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Por gentileza, vamos ouvir o Dr. Jairo? Depois vocês se manifestam.

SR. JAIRO BISOL – Eu pergunto: como equacionar esses dois problemas gravíssimos? Esse é um problema da cidade, é um problema dos servidores – os salários a serem recebidos. De onde nós vamos tirar dinheiro – eu quero uma solução concreta – para financiar a saúde?

Vai acontecer, Deputado, o que aconteceu no ano passado. O governo vai ter que passar o chapéu aqui na Câmara Distrital pedindo os recursos das emendas parlamentares. Vai ser necessário isso. Aí, eu quero fazer um lembrete: é preciso que haja um diálogo dos Parlamentares com a área econômica da secretaria, com o Fundo da Saúde, para ver um modo de esse dinheiro ir e ser executável, porque orçamento não é assim: vem o dinheiro e eu posso executá-lo. Conforme o modo como vem o dinheiro, você não consegue executá-lo. Há um aspecto técnico. Aí fica aquela coisa: “Ah, mandamos tanto e não executaram?” Conforme o modo como vai, não se executa mesmo. Inviabiliza-se o procedimento de execução orçamentária.

Esses, para mim, parecem os dois grandes desafios, mas vamos analisar, agora mais a fundo, a questão das OS. Parece-me que a gente precisa, sim, estar muito preocupado com a saúde pública no DF. Parece-me que a gente precisa, também, discutir modelo de gestão, que é um dos temas que pode ajudar a equacionar isso. Porém, os dois grandes temas não passam por discussão de OS, governo! Os dois grandes temas, Parlamento, não passam pela discussão de OS! Os dois grandes temas envolvem financiamento da saúde e déficit de pessoal – o problema não só de recurso para pagar o pessoal, mas o próprio problema da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Poder-se-ia levantar um argumento – já se levantou – no sentido de que as OS permitiriam contratação porque o gasto com pessoal, nesse modelo de gestão, não entraria no câmputo da LRF. Esse argumento deixa os três fios de cabelo que me restam em pé, porque não dá para pensar desse modo. Nós temos que ser um País sério: ou é uma lei de responsabilidade fiscal, de controle fiscal, que faz o controle fiscal em qualquer modelo de gestão ou, então, é uma lei cínica.

Já disse isso. Já disse outra vez nesta Casa. Esta interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal no sentido de que ela permite contratação de pessoal no modelo terceirizado de gestão como OS – e isso não entraria no câmputo – é uma interpretação cínica de uma lei de controle fiscal, e, se nós admitirmos que não é interpretação cínica, porque a lei assim o diz, então, a lei é cínica. Contudo, admitir que a lei é cínica é bem mais grave para todos nós, porque teremos que admitir também, Deputado, que o parlamento que fez a lei é cínico. E admitir que um parlamento é cínico é muito mais grave ainda para todos nós, pois teremos que admitir que a sociedade que elegeu o parlamento é cínica. E chegaríamos à triste conclusão que somos uma sociedade cínica, que elege parlamentos cínicos, para fazer leis cínicas a serem interpretadas, aplicadas cinicamente e fiscalizadas com cinismo também, para não ficar fora desse balaio desgraçado que eu montei.

Então, parece-me que essa é uma questão que o Tribunal de Contas do Distrito Federal já está resolvendo. O tribunal já está sinalizando e de uma maneira adequada: entra, sim, no câmputo da LRF. Portanto, do ponto de vista do problema de limite de gastos com pessoal, que é um problema para resolver o eixo do déficit de pessoal, OS não ajuda em nada; pelo contrário, onera.

Agora, nós temos outros argumentos muito mais consistentes para afastar a tese das OS. O primeiro deles, e a gente costuma virar as costas para esse argumento, é que o SUS é sistema! Sistema! Todo sistema é sistema porque tem uma lógica regulatória. E a lógica regulatória do Sistema Único de Saúde é uma lógica que impõe o modelo público de gestão. Se nós queremos mudar o modelo de gestão para um modelo terceirizado, então, vamos mudar o sistema. Agora, se vamos manter o Sistema Único de Saúde, o modelo de gestão para ele – para construir porque ele está semiconstruído, para continuar a obra e conseguir construir o sistema – certamente é o modelo público de gestão. Não tenha a menor dúvida, porque essa é a lógica regulatória do SUS. Se é saúde integral e gratuita, então, certamente, a lógica regulatória é a dignidade da pessoa humana. E isso envolve, envolve muito, captação de recursos, definição e execução de políticas, atos de gestão, que são atos políticos... Isso é um ato exclusivo de estruturas do Estado. Quer dizer, ao terceirizar para OS, você compromete o caráter sistêmico, você não consegue executar e controlar adequadamente as políticas públicas de saúde e, além do que, você não consegue melhorar a gestão; a não ser, claro, alguns aspectos da gestão que possam, a curto prazo, dar mais flexibilidade para o gestor. Mas, a médio e longo prazo, o impacto disso aí na produção e nas ações de uma estrutura capaz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

de gerir e executar políticas complexas de saúde, com estratégias político-sanitárias, não vejo... Eu vejo a OS como elemento desestruturante do sistema.

Então, a gente vai se afastar das grandes linhas político-sanitárias que definem o sistema e vamos estar, mais uma vez, golpeando o sistema que nunca conseguiu plenamente se estabelecer, que é o Sistema Único de Saúde. A gente deve pensar muito antes de fazer isso aí.

Há outro aspecto que eu quero lembrar aqui também. Esse me parece muito grave, eu já o coloquei pessoalmente para o governo várias vezes. Preocupa-me muito, como órgão fiscal, o problema das mazelas dos desvios dos recursos do orçamento para financiamento de campanhas políticas, que é uma lógica bem estruturante da máquina política do nosso País. Nós precisamos fazer reforma política, Deputado, sabemos disso. Nem os Deputados, os Senadores, ninguém aguenta mais essa estrutura! É preciso fazer uma reforma política.

É preciso que se faça uma análise também. Se, por um lado, nós temos um problema de corrupção muito sério no nosso País, por outro, a gestão, os modelos de gestão em que estão concentrados volumes orçamentários muito grandes, ainda que sejam volumes muito grandes, são deficitários para execução daquilo a que se propõe, que é o caso da saúde. Há um déficit orçamentário de um lado, mas os volumes da execução da saúde são muito grandes, são seis bilhões e meio aqui no Distrito Federal.

Então, é preciso se pensar muito seriamente em colocar um modelo de gestão que facilite o desvio dos recursos de uma forma *clean*, que foge às possibilidades de controle dos órgãos que a gente tem estruturado. Aliás, controle é um dos pontos mais frágeis da nossa sociedade. Há uma dificuldade de se impor a lógica do controle como ferramenta de gestão.

Enfim, eu teria outros argumentos para levantar contra as organizações sociais, mas vou encerrar colocando uma última questão: eu disse que esta é uma Casa de opiniões, e não de verdades. Pois eu acho que qualquer proposta de modelo de gestão para a saúde, ou para qualquer outra área, precisa ser amplamente debatida com a sociedade.

Eu acho que pode se desenhar como erro estratégico muito grande do governo achar que é possível se implantar as OS sem um grande enfretamento. E a reunião desta Casa, hoje, essa reunião convocada por V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade, mostra muito bem que a sociedade brasileira, a sociedade organizada, os grupos e subgrupos organizados na área da saúde, não vão deixar barato qualquer tentativa de implantação de um modelo de OS. Vai se desenhar se isso for adiante, está muito evidente um enfrentamento. E não sei se esse é o melhor caminho para se buscar soluções na área da saúde.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado Dr. Jairo Bisol.

O Dr. Jairo Bisol terá que se ausentar agora, por isso demos um pouco mais de tempo a ele, para que formemos opinião.

Está conosco no plenário a Presidente desta Casa Legislativa, Deputada Celina Leão. Nós vamos ouvir, então, a Deputada Celina Leão, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Boa tarde a todos. Primeiramente, eu queria parabenizar o Exmo. Sr. Deputado Bispo Renato Andrade pela coerência e por cumprir algo que a sociedade espera deste Poder, que é fazer os grandes debates dos grandes temas.

O que eu percebo com a *nominata*, Deputado Bispo Renato Andrade, que recebo em minhas mãos, é a ausência de um representante do Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputada Celina Leão, na realidade, eu gostaria de fazer um parêntese: está conosco aqui, nesta tarde, o representante da Seplag, Dr. Marcelo Herbert de Lima, e também a Secretária Adjunta de Saúde, Dra. Eliene Berg.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Então, acho que recebi a *nominata* errada.

Quero agradecer a presença do Governo do Distrito Federal, porque esse é um debate importante, um debate que envolve um direito constitucional primário. Sem ele... Não temos como protelar, é um direito que, quando não é garantido, não temos prazo regimental e nem jurídico para voltar atrás desse tema.

Quero agradecer aqui ao Sr. Promotor de Justiça da Primeira Promotoria de Defesa da Saúde, Dr. Jairo Bisol. Quando cheguei aqui, ouvi a fala do Dr. Jairo Bisol, e foi como se eu tivesse voltado três anos, quando realizei nesta Casa uma audiência pública e tive a presença do Dr. Jairo Bisol com a mesma firmeza, com a mesma coerência e com a mesma fala que foi feita aqui hoje. Então, quero parabenizar o Ministério Público do Distrito Federal pela coerência e pela firmeza na condução, com uma convicção, realmente, de que Brasília tem que estar colocada em primeiro lugar.

Quero cumprimentar aqui o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Dr. Marcelo Herbert de Lima, que se faz presente; a Secretária Adjunta de Saúde, Dra. Eliene Berg; o Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio Ferreira – a gente tem discutido muito, ele tem buscado muito este Poder para que possamos discutir –, em nome dele cumprimento todos os conselheiros que se fazem presentes.

Quero, com muito carinho, cumprimentar a Presidente do SindSaúde, Marli Rodrigues, uma companheira. Marli Rodrigues, você vai fazer muita falta no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Sindsaúde, deixe o Gutemberg no Sindicato dos Médicos. Quero agradecer também a presença do Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Márcio; do Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, Jorge Viana; da Marli, querida amiga, companheira – a Marli não para, toda semana ela está aqui na Câmara. Você vê que as reivindicações são intensas, não é, Marli? –; e do Presidente da Associação dos Servidores da Saúde, Hélio Francisco Nascimento.

Eu queria colocar aqui a todos que esta Casa ontem tomou a decisão de realmente abrir uma CPI para investigar a saúde. Eu acho que esta Casa cumpre o princípio constitucional da fiscalização e o equilíbrio dos Poderes quando ela exerce o papel que a sociedade espera dela, porque nós não podemos mudar a gestão da saúde sem saber qual é o problema da saúde! A gente não sabe se é corrupção, a gente não sabe se é falta de pessoal, a gente não sabe se é gestão. Então, esta Casa cumpre um papel constitucional ao tentar descobrir o que está acontecendo antes de se falar em mudança de gestão.

Deputado Bispo Renato Andrade, eu estive em outro momento como Deputada da Oposição fazendo as críticas necessárias às OS. E eu tenho muito orgulho de estar aqui como Presidente da Câmara, como uma Deputada independente, mas com muita coerência, fazendo o mesmo discurso que eu fazia quando eu era Deputada de Oposição. Esta Casa não tem condição de fazer esse debate sem entender o que está acontecendo na saúde pública do Distrito Federal, porque parece que a continuidade delitiva é transferida de um governo para outro sucessivamente. E não é esse o projeto que a gente sonha para o Distrito Federal, não é essa a saúde pública que a gente espera do Distrito Federal, que a população espera do Distrito Federal.

Eu quero parabenizar os Deputados que vão compor essa CPI, eles terão o apoio integral desta Casa, nós iremos fazer como fizemos na CPI do Transporte Público. Os documentos produzidos nessa CPI foram usados tanto pelo Ministério Público quanto pelo Tribunal de Contas, nós fizemos uma parceria entre os órgãos de controle, indicamos dezessete pessoas na CPI do Transporte Público, que foi conduzida pelo Deputado que aqui está, o Deputado Bispo Renato Andrade, com muita firmeza. E a mesma coisa nós vamos fazer na CPI da Saúde. Doa a quem doer, nós vamos investigar, entender qual é o problema, porque é muito fácil falar que não se dá conta da gestão e terceirizar a gestão antes de tentar, tentar de verdade, ouvindo os servidores, ouvindo os sindicatos, ouvindo o Conselho de Saúde. Esse não é o caminho, essa não é a proposta, e eu já ouvi de tudo nesta Casa. Eu já ouvi falar, e o Dr. Gutemberg está aqui, que é o médico que não quer trabalhar, que é o outro que não quer trabalhar, que é não sei quem que não quer trabalhar, porque é muito mais fácil tirar a responsabilidade de todo mundo e não assumir a nossa. Está na hora de este governo, em vez de querer passar a gestão para as pessoas, assumir a gestão que recebeu das urnas, da população do Distrito Federal e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

fazer a gestão, fazer de verdade, fazer sem medo porque, se tivesse medo de fazer, nem teria sido candidato.

É essa a minha fala, é essa a minha colocação, é esse o meu encaminhamento, porque a saúde pública precisa de gestão. E as outras coisas erradas que estão acontecendo, vocês podem ter certeza, essa CPI vai identificar.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Agradeço à Deputada Celina Leão. Ela acabou de dizer: se não der conta da gestão da saúde do Distrito Federal é simples, tire o chapéu e vá embora para casa descansar.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. quer falar agora?

Gente, deixe-me explicar. Como os Deputados têm preferência para falar, tenho de conceder a palavra a S.Exas. para continuarmos ouvindo as outras pessoas. Pelo Regimento Interno eles têm preferência.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, prometo que serei extremamente rápido, como sempre.

Boa tarde a todos. Senhoras e senhores, como Presidente da Comissão de Educação e Saúde desta Casa, fui o primeiro a convocar uma audiência pública para tratar deste tema. Foi uma audiência extremamente produtiva e democrática em que todos tiveram a oportunidade de expor suas posições.

Desde o ano passado, a nossa comissão já vem trabalhando este tema, desde que embrionariamente surgiu a ideia por parte do governo de implantar esse modelo. Como de certa forma era algo ainda novo para nós, do Distrito Federal, a nossa comissão, sob a minha liderança, se debruçou no tema e passou a estudá-lo de fato. Lemos artigos, fizemos visitas *in loco*, ouvimos argumentos favoráveis, argumentos contrários, e fizemos todo um paralelo e uma analogia para ver se era ou não viável abordar este tema no Distrito Federal.

A partir de tudo isso, vários membros aqui da Casa, Deputado Bispo Renato Andrade, construíram suas posições; alguns favoráveis, outros contrários. Trago aqui as minhas posições, feitas com base em todo esse estudo teórico e prático referente às Organizações Sociais. São inúmeros os argumentos que eu poderia utilizar para me posicionar contrário às OS. Vou me deter a três ou quatro, até em respeito ao curto tempo que V.Exa. tem para conduzir esta audiência.

Com as OS, o Estado e a sociedade ficam reféns do ofertante do serviço. Em que sentido? Elas são contratadas para atender um número x de pacientes, recebem *per capita*, uma vez que não é porta aberta, uma vez que o processo é seletivo. Qualquer problema pontual que leve a um aumento da demanda, só será atendido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

se houver aditivos ao contrato, e esses contratos aditivados, seja em que setor for, sempre nos assustam. E não havendo aditivo, não há atendimento.

Uso por analogia o que vem acontecendo no Distrito Federal com os CEPIS – Centros de Educação da Primeira Infância, com as creches. Recentemente, algumas creches – elas são OS também – paralisaram os trabalhos porque, por algum motivo, não foram bem geridas, não tinham dinheiro para pagar os professores naquele momento; e não foi atraso do governo, como foi anunciado pela imprensa. A OS assina um contrato dizendo que tem condições de sobreviver com recursos próprios por três meses caso não haja o repasse governamental. Geriram mal, não tinham essa capacidade de se autogerir por três meses. Resultado: os professores entraram em greve e os alunos ficaram prejudicados. E aí vem a pressão da sociedade – porque a mãe não tem como ficar com o filho, pois ela está trabalhando – para que o Estado faça aditivamente o repasse de verba. O que acontece nas creches é bem provável que venha a acontecer na saúde.

O segundo ponto já foi abordado por muitos, não precisamos falar muito. O atendimento da OS é seletivo e limitado. Quero deixar um questionamento no ar. Se todos têm interesse em entrar no sistema de saúde por meio de uma OS, por que ninguém se interessa em implantar OS no atendimento básico da saúde? Porque não dá lucro, como foi dito aqui pelo Deputado Chico Vigilante. Ninguém é filantropo o suficiente para atender por atender. No dia em que uma OS quiser cuidar de um pronto-socorro de um hospital porta aberta, hospital de guerra, vejo que pode ser, sim, uma ação filantropa. Fora isso, temos de levantar todas as suspeitas possíveis.

No Brasil afora, onde viajamos, não achamos uma OS cuidando de atendimento básico de saúde ou cuidando de pronto-socorro de um hospital porta aberta, hospital de guerra, como diz meu pai, onde o povo chega todo estropiado. Não tem, Sr. Presidente.

O terceiro tópico, todos os governos querem implantar um novo sistema, seja OS, seja lá o que for. Ninguém tenta identificar os problemas do sistema atual e tenta saná-los. E aqui fica a crítica à gestão na área da saúde do Governador Rodrigo Rollemberg.

Espero que o governo dê muito certo, porque uma gestão bem-sucedida é bom para a cidade. Mas até agora, três secretários de saúde passaram e não foi apresentado um plano estratégico para a melhoria da saúde no Distrito Federal. Se não apresentou um plano para tentar resolver os problemas atuais, como implantará um modelo novo? Se esse modelo novo não vingar, como voltaremos a um modelo anterior de reestruturação do SUS?

O caso do Maranhão, citado aqui pelo Deputado Chico Vigilante, é extremamente emblemático. Não se tentou recuperar o modelo existente, implantou-se um novo modelo com base em OS. Ele faliu. E depois, para reestruturar o modelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

de SUS, levou muito mais tempo, causando um prejuízo ainda maior à sociedade daquele estado.

Por fim – não há muito o que se acrescentar aqui –, a gente sabe que OS leva à precarização do trabalho dos profissionais de saúde, principalmente no que se refere a perseguições e questão financeira. Deputado Bispo Renato Andrade, se V.Exa. fizer um levantamento, como nós fizemos em alguns estados, todas as OS pagam o piso das categorias e, em alguns casos, nem o piso. Profissional mal remunerado não tem como prestar um atendimento adequado à sociedade.

Então, venho aqui para, pela última vez, falar deste assunto, até para que pessoas não andem espalhando notícias mentirosas a respeito do que eu penso sobre isso. Não esperem de mim discursos radicais, isso não faz parte da minha forma de fazer política. Esperem de mim argumentos, coisa concreta, estudada e pensada. Com base nesses argumentos, aqui abordados e explanados a vocês, e com base em outros dez argumentos, que no momento do voto, caso a proposta venha a esta Casa Legislativa, eu farei questão de fazer a declaração de voto, explicitando todos os detalhes. Com base em tudo isso, não terá o meu apoio o Governo do Distrito Federal para implantação de OS.

Quero deixar claro que sou da base do governo, quero que esse governo dê certo. Gosto demais do Governador Rodrigo Rollemberg, que é uma pessoa decente, uma pessoa honesta, mas ao que eu for contrário, não violentarei as minhas convicções. Não será esse o caso.

Muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado.

Ouviremos mais três pessoas da plateia e, logo em seguida, voltaremos à Mesa. Realmente serei rigoroso nos três minutos. Não tenho como deixar a fala por mais de três minutos.

Concedo a palavra à Sra. Lia Cordeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Darze, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e gestor da Federação Nacional dos Médicos.

SR. JORGE DARZE – Sr. Presidente, inicialmente parablenizo V.Exa. por esta importante comissão geral, a qual tem em pauta um tema de grande relevância na área de saúde pública, e cumprimento as demais autoridades que compõem a Mesa.

Eu venho de um estado onde as organizações sociais já existem há pelo menos dez anos. O Deputado que me antecedeu aqui fez algumas referências de que as organizações sociais não estão presentes nas grandes emergências nem na atenção básica. No Rio de Janeiro estão. Atendem hospitais de emergência, de porta aberta, e atendem as chamadas clínicas de família, que são projetos na área da prevenção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

O que está em debate, na verdade, é que esse projeto, que é um projeto nacional, em nenhum lugar do Brasil deu certo. Em nenhum lugar do Brasil ele melhorou a qualidade da assistência, em nenhum lugar do Brasil ele reduziu o número de filas, em nenhum lugar do Brasil ele deu atendimento decente à população brasileira. Portanto, é um projeto que já está mais do que avaliado, em qualquer estado da Federação brasileira, como não sendo a melhor opção para resolver a crise do sistema público de saúde.

Eu quero introduzir aqui um debate, já que estamos no Parlamento de Brasília. Eu tenho uma posição muito clara com relação a essa questão e defendo que esse projeto fere a Constituição Federal. Mesmo que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado uma ação direta de inconstitucionalidade há pouco tempo atrás – uma ação que tramitava há vários anos –, ele reconheceu recentemente a constitucionalidade desse projeto. Eu quero dizer que o Supremo Tribunal Federal reconheceu esse projeto para atuação em algumas áreas da administração pública. Mas na área da saúde pública, o mesmo Supremo Tribunal Federal não violou nenhuma das regras que regulamentam o sistema público de saúde.

Então, nós continuamos a conviver no Brasil com as regras aprovadas na Constituição Federal, que são as diretrizes que orientam o sistema público de saúde no Brasil. Esse é um detalhe que me parece de grande relevância para um debate que se faz na Casa legislativa de Brasília, e que é tarefa principal de um deputado que legisla e fiscaliza o Poder Público. Não há na legislação brasileira nada que autorize a modificação das regras do Sistema Único de Saúde. A organização social não se encaixa no modelo, como dito aqui pelo Promotor Jairo Bisol. Dentro desse sistema, esse projeto viola regras que estão muito bem sedimentadas na Constituição Federal. A primeira delas é o papel do setor privado.

O papel do setor privado é complementar no sistema público de saúde. Não pode assumir um papel que cabe ao Estado na gerência de uma unidade pública de saúde. Essa é uma questão básica do sistema. Então, não é possível que o sistema público de saúde seja gerenciado por uma instituição de direito privado. Até porque, no direito privado, a lógica que movimenta esse sistema, o objetivo final desse sistema é o lucro. É um paradoxo ao objeto central do sistema público, que é o interesse público.

Não existe, em nenhuma das conferências nacionais de saúde, nenhuma aprovação a esse projeto. Portanto, nenhuma autoridade de saúde pública neste País pode se aventurar a desrespeitar o fórum maior do Sistema Único de Saúde, que são as conferências nacionais de saúde. Esse projeto, na minha opinião, não deve prosperar nesta Casa legislativa, por não ter argumentação jurídica que possa protegê-lo.

E por último, a atividade fim. Nós estamos falando da atividade fim, que não pode ser terceirizada. O que esse modelo faz é exatamente terceirizar a atividade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

fim, é delegar a terceiros aquilo que é competência do Estado. A Constituição Federal é muito clara nessa questão, quando obriga a realização do concurso público e a presença do servidor público atendendo a população em atividades que são próprias do Estado, como é o caso da saúde pública.

Se o Governador de Brasília reconhece que não tem capacidade, não tem condições de gerir o sistema público de saúde, o melhor que ele faz para o povo de Brasília é renunciar ao mandato de governador de Brasília. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Convido a fazer uso da palavra o Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, Sr. Márcio da Mata Souza.

SR. MÁRCIO DA MATA SOUZA – Boa tarde a todos. Antes de iniciar minha fala, eu gostaria de fazer uma correção importante e necessária. Representamos nesta comissão geral a diretoria executiva eleita do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal e, conseqüentemente, também representamos aqui a nossa presidente, Dayse Amarilio, que hoje cumpre agenda no Rio de Janeiro. Somente para ficar registrado.

De toda forma, a questão bem discutida atualmente, relacionada a OS e extremamente bem esplanada por todos que aqui fizeram uso da palavra, ficou claro que não tem essa história de que OS será melhor. Contra os fatos não há argumentos. Observamos no País inteiro que isso deu errado. Como disse o Promotor Jairo Bisol, precisamos encontrar uma solução.

É claro, os gestores da Secretaria de Saúde encontram diversas dificuldades. Eu sei que isso acontece. Entretanto, nós temos pessoas extremamente capacitadas dentro da nossa Secretaria de Saúde que conseguem fazer isso funcionar. Eu garanto à população que isso pode funcionar. O serviço público de saúde de qualidade pode e deve funcionar como a população merece. O que precisamos fazer para que isso aconteça? Vamos dar condições de trabalho a essas pessoas.

Se há déficit de pessoal, ele precisa ser corrigido urgentemente, porque saúde se faz com as pessoas que trabalham nela.

Eu, como servidor da saúde que sou há 15 anos, garanto aos senhores Deputados que estão presentes e a toda esta Mesa que, dentro da Secretaria de Saúde, nós temos servidores extremamente capacitados e bons.

Muitas vezes, fala-se em servidores preguiçosos, mas isso é uma minoria e não deve contaminar a grande maioria dos servidores que são pessoas capacitadas. Quando estamos em boa situação, nós executamos um trabalho exemplar e, quando há dificuldades, nós também executamos esse trabalho, porque não existe servidor com tanta capacidade de criatividade como é o servidor da saúde.

Se estiver ruim, a gente atende; se estiver bom, a gente atende também. Vocês sabem do que estou falando, do que é dar um plantão no pronto-socorro e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

não ter material suficiente para você prestar aquele atendimento, mas a gente dá um jeito. O paciente não sai de lá sem atendimento não, gente. Não sai. Garanto a vocês que não sai sem o nosso atendimento. Então, a gente consegue fazer isso.

Do que se precisa? É preciso nos colocar, é preciso que saibamos fazer isso. Nós temos que conseguir fazer essa gestão compartilhada da Secretaria de Saúde e mostrar para a população que a gente vai ter condições de fornecer, oferecer esse tratamento de saúde que a população merece.

Para finalizar, eu quero dizer que fiquei satisfeito também com a possibilidade de um seminário. Eu gostaria de colocar aqui que viessem os Deputados que são da Base governista, que têm interesse em apoiar a implantação das OS, para que nos mostrem quais são esses argumentos. Eu proponho a esses Deputados que tragam os especialistas. Nós vamos, então, discutir e dizer a vocês: nós temos um modelo melhor. Nós conseguimos fazer melhor. OS não, essa não é a saída. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Márcio. Concedo a palavra à Sra. Lia Cordeiro, a famosa Lia.

SRA. LIA CORDEIRO – Boa tarde a todos. Cumprimento os Deputados e os amigos presentes. Eu acho que todos aqui falaram o que realmente eu queria falar sobre as OS. OS aqui não cabe.

Roubaram o Rio de Janeiro, o Nordeste inteiro, o Goiás. Será que este Governador é tão inocente, falando ironicamente, será que não tem ladrão aqui não, no DF? Será que não vão roubar no DF? Só aqui não tem ladrão?

Outra coisa: graças a Deus vão implantar a CPI da Saúde. Aí a casa vai desmoronar. Brasília vai tremer. Eu vou dizer uma coisa: a gente tem que lutar porque, para mim, no meu entendimento, os que vão dirigir essa CPI não têm validade. Sandra Faraj é a favor das OS! Cristiano Araújo é favor das OS, e é empresário! Como é que vai ficar? Para mim, não tem legitimidade! Perdeu a razão! É isso aí! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Essa Lia tem a voz macia, mas parece que bate para valer! É essa Lia de quem, pelo menos, nos grupos de *Whatsapp*, eu ouço a voz.

Concedo a palavra à Sra. Josiane Alves Jacob, técnica em enfermagem, Diretora do Sindate – DF.

SRA. JOSIANE ALVES JACOB – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Eu, assim como todos, acho que já estamos enfadados. Eu tinha até anotado aqui antes de o Deputado Prof. Reginaldo Veras falar. Eu estava falando com as meninas ali que é ruim a gente ficar por último, porque a gente acaba sendo contemplada demais, mas ele falou uma coisa que eu tinha escrito aqui: quando o embrião das OS nasceu – foi no ano passado que começou essa discussão toda – nós, do Sindate,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

rapidamente agimos. Não estou aqui querendo puxar brasa para a sardinha do Sindate, do Jorge Vianna, ou para a minha. A gente entende, desde o início, com todas as pesquisas que nós fizemos, o que vocês entenderam aqui: OS, realmente, não é a solução adequada pra resolver o problema.

Então, nós fizemos abaixo-assinado, entregamos ao Dr. Bisol – a Elza estava comigo, o pessoal do Hospital de Base. Entregamos seis mil assinaturas e, logo em seguida, eles lançaram um parecer contra as Organizações Sociais. Só que eu quero fazer só uma pergunta e um apelo. Vou ser bem rápida. Qual a lógica de colocar uma Organização Social? Qual a lógica que o governador quer usar? Primeiro, esse debate deveria ser com alguém que tivesse realmente poder de voto e de decisão, porque a gente fica debatendo aqui e, de lá, o Governador insiste. Acontece que os deputados que são a favor não apresentam os motivos reais de melhorias.

Eu escutei uma pessoa aqui dizendo que os deputados deveriam estar aqui. Realmente, gente! Cadê os deputados que são a favor para virem conversar, debater e apresentar, realmente, algo de concreto que vai melhorar com a Organização Social, porque nós temos aí estampados nas camisetas os motivos contra as Organizações Sociais e a gente queria que os deputados que fossem a favor das organizações apresentassem também, realmente, o que de fato vai melhorar, porque vir aqui dizer que vai economizar, que vai atender, sendo que não vai, também não vai convencer a gente de mudar.

Todos nós sabemos que a saúde precisa realmente melhorar. Nós estamos na ponta e sabemos disso. Nós somos servidores e somos também usuários.

Eu também queria fazer uma pergunta: o dinheiro das OS não continuará sendo dinheiro público? Vai economizar em quê, gente? Vai tirar do servidor e vai colocar na mão de quem? Dos empresários? Nós não vamos aceitar. Não vamos aceitar de forma alguma. O dinheiro continua sendo público. A gestão é que vai ser terceirizada, privatizada, e aí os empresários vão encher o bolso com dinheiro que poderia estar sendo gasto com outra coisa? Nós não vamos aceitar.

Outra coisa, eu gostaria de fazer um apelo. Na última audiência pública, eu coloquei isso e eu gostaria muito que antes de implementar OS, vamos abrir um pronto-socorro no Sara e vamos abrir um pronto-socorro no Hospital da Criança. Se funcionar a emergência nesses hospitais, a gente aprova as OS. Certeza? Aprova as OS. É, a gente vai abrir um pronto-socorro lá no Sara – a gente não, eu estou fazendo um apelo e não sei quem é que vai abrir. Poderia abrir um pronto-socorro, porque se funcionar para a emergência, funciona para o resto.

Última pergunta. Eu trabalho no Hospital de Base e já posso dizer um dos problemas que a população enfrenta naquele hospital. A gente trabalha com o SAMU, trabalha com a emergência. Sabem o que está acontecendo? O aparelho de tomografia não funciona. Não funciona nenhum aparelho. E o que acontece? Os pacientes estão morrendo lá por causa de uma tomografia. Então, eu quero saber



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

até quando os pacientes vão continuar sendo assassinados lá e vocês discutindo se implementa ou não OS. Vamos arrumar o aparelho de tomografia do Hospital de Base, porque o pessoal está morrendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Josiane.

Convido para fazer uso da palavra o senhor Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio Ferreira.

SR. HELVÉCIO FERREIRA – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero saudar a infantaria do SUS, os colegas – desculpe o protocolo –, mas os colegas da Mesa porque são agentes operacionais do Estado e, como tal, defensores do SUS.

Vamos ao que interessa. A discussão de OS não passa de uma cortina de fumaça para esconder a realidade. Isso é fato. Desde 2011, com a edição da Lei nº 4.604, com o resgate da paridade no controle social, estabeleceu-se a discussão, nas etapas estruturantes do SUS, do modelo de saúde pública do Distrito Federal.

No ano passado, nas etapas preparatórias para a 15ª Conferência Nacional, com a participação efetiva do Conselho de Saúde do DF e dos Conselhos Regionais – aqui presentes vários conselheiros e conselheiras –, a Política de Assistência Pública para o Distrito Federal está publicada e aprovada. Qual é o desafio? Por que não efetivar? Se a Conferência Nacional, que teve a participação absoluta da população através dos seus representantes, disse não às OS, disse não à terceirização, delineou as etapas de intervenção para o restabelecimento da rede de assistência à saúde pública. E está publicado, foi entregue ao Tribunal de Contas, foi entregue ao Governador, foi entregue a todos os órgãos de controle.

Então, a quem não interessa cumprir as deliberações do controle social? A quem interessa não cumprir? A realidade, nós já discutimos. O conselho reivindicou, foi realizada aqui a audiência pública para discutir o orçamento da Saúde, restou comprovado o déficit orçamentário. Todos que tem aqui mais de quinze anos de Saúde sabe da ação criminosa que ocorreu com a extinção da Fundação Hospitalar em maio de 2000. E o que existe hoje, Deputado? Não tem o menor risco de dar certo a saúde pública com a estrutura organizacional existente. O próprio Secretário de Saúde não tem nas suas mãos as informações técnicas reais para intervenção. Sequer o dimensionamento de recursos humanos da Secretaria de Saúde é possível apresentar nesta Casa em tempo hábil. Não existem condições de gestar, de tomar a atitude de intervenção de decisão sem as informações.

Aqui foi discutido o déficit orçamentário. Se pegarmos o Orçamento de 2016 na LOA, temos contas podres, previsão orçamentária de 500 milhões, por exemplo, na Fonte 900 que não existe. É para, se houver intervenções e futura arrecadação, ter um aporte de 500 milhões. De onde virá a arrecadação com este cenário da economia? Esta Casa aprovou um orçamento com um corte de 2,4 bilhões a menos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Foram solicitados 8,4, e foram aprovados 6,131. Qual cenário nós teremos para a saúde pública?

Nós pactuamos com a Presidente da Câmara, Deputada Celina Leão, que já falou, que temos um desafio. E o encaminhamento que o Conselho de Saúde faz é: nós não temos por que discutir OS, não temos por que discutir. O modelo de assistência à saúde pública do Distrito Federal é o melhor do mundo, é praticado hoje na Inglaterra e no Canadá. Por que não é praticado onde nasceu? A quem interessa não praticar? Eu duvido hoje que superintendente de qualquer região apresente aqui na Câmara a composição das equipes de trabalho de acordo com os determinantes sociais e os indicadores de saúde da região. Olha o tamanho do Distrito Federal! Antes eram regionais de saúde, hoje é região.

Em síntese, a própria gestão não tem as ferramentas e os instrumentos para gestar, para decidir. O secretário não tem uma sala de situação em que ele tenha, em tempo real, ao alcance dele, os dados, os indicadores de cada região. Como é que ele vai tomar decisão? Como é que ele vai gestar? Como é que ele vai gerenciar mais de 420 unidades de saúde pública sem a devida informação? Não tem o menor risco de dar certo.

A atenção primária, por que ela não é resolutive? Por que a ESCS – Escola Superior de Ciências da Saúde e a FEPECS – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde não cumprem a sua vocação? Ora, o que falta na Capital da República para que a atenção primária funcione e seja resolutive? Inicia-se pela própria formação e capacitação profissional. Qual é a prevalência das matrículas de Medicina no Brasil? No setor público, não chega a 13%; no setor privado, é superior. Então, qual é a lógica? É a lógica do mercado, dos especialistas. Hoje, na saúde, atua-se na questão da ação agudizada, não na atenção primária, na prevenção. Quais são os indicadores hoje que causam maior incapacitação ao trabalho? As doenças crônicas não transmissíveis.

O Plano de Saúde 2016 está aprovado. Quem tem conhecimento? Todas as metas e diretrizes estão aqui. Não cabe OS nesse plano. Agora, cabe – que é o que está nessa agenda que lhes apresento... Não é seminário, mas três datas. No 19 de maio, no auditório desta Casa, a gestão terá de apresentar toda a estrutura e dimensionamento de RH na rede de urgência e emergência para torná-la efetiva 24 horas. Fala-se muito em porta aberta. Mas que porta aberta é essa que é escancarada e não funciona? É preciso organizar a rede. É impossível o Hospital de Base ter demanda espontânea. É impossível, é impraticável! Nós temos que nos adequar à realidade.

Atenção primária, dia 09 de junho. Queremos um dimensionamento de recursos humanos, a infraestrutura de serviços e os projetos. A prevalência de recursos não executada na atenção primária é superior a 250 milhões por ano. Quem é o responsável pela não execução desse orçamento? Quantos serviços não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

habilitados são prestados hoje e a Secretaria de Saúde não recebe? Vou finalizar com um simples exemplo. Alguém sabe quanto custa o Hospital do Gama por mês e quanto ele fatura na Fonte 138? Ele gasta mais de 25 milhões por mês e não fatura um milhão e meio. Quem banca isso? A Fonte 100. Ou seja, ou organizamos a rede ou organizamos o serviço ou não tem risco de dar certo. Podem trocar de secretário 24 horas por dia, podem manter 5 anos, 10 anos, e não haverá solução se não houver a organização da rede de assistência à saúde pública, SUS 100% público de qualidade.

Essa é a posição do Conselho de Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo por esta audiência e, rapidamente, abordar dois temas.

O primeiro é a minha manifestação pública, absolutamente contrária à privatização da saúde. A saúde não pode ser elemento de lucro, não pode ser instrumento para enriquecer. Esse é um debate que nós precisamos fazer com muita franqueza. Eu já disse algumas vezes aqui neste plenário. Eu me lembro que a primeira iniciativa ainda foi do ex-Governador Arruda. Eu era líder em 2007, quando nós fizemos uma audiência pública como esta, Deputado Bispo Renato Andrade, ali no auditório com mais 15 Parlamentares desta Casa, e o projeto sequer entrou em votação. O governo, naquela ocasião, desistiu. Eu não sei quem estava aqui na labuta da vida pública. Eu era o líder da oposição em 2007, e, naquele tempo, criamos o movimento Fórum em Defesa do Serviço Público. Parece-me que vai ser necessário que resgatemos essas notas e, de novo, organizemo-nos nesse movimento.

Há problemas, há necessidade de revisão de uma série de parâmetros. Nós precisamos tocar em algumas feridas, como, por exemplo, a mistura entre o público e o privado na saúde. Como é que um governo pode nomear um gestor de saúde alguém que é empresário da iniciativa privada na saúde. Ganha dinheiro com a saúde e depois cuida da saúde pública. Isso é um escândalo, é um absurdo! Tem que fazer a opção: ou a carreira pública ou a carreira privada. As duas não podem estar juntas. Nós precisamos fazer esse debate, o debate da corrupção. Esse é um debate que precisamos fazer. Bom, essa é a primeira manifestação para deixar bem clara a nossa posição, dos dois Parlamentares da Rede de Sustentabilidade desta Casa, Deputado Cláudio Abrantes e eu. Essa é a nossa posição. Agora, precisamos fazer o debate de alguns problemas como estes: a mistura do público com o privado, o aprimoramento da gestão.

Eu trago também outra notícia boa. O Brasil está sendo passado a limpo neste momento. Acaba de ser afastado pelo Supremo Tribunal Federal, não apenas da direção da Casa federal, mas também do mandato parlamentar, o Sr. Eduardo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Cunha, que responde a nove processos naquela Corte. Não é mais possível. Há mais de 10 anos que eu prego aqui nesta Casa, Presidente Marli, que o Deputado que responde a processo criminal, instalação do Triângulo de Von Bülow – a gente chama assim, no Direito, a relação jurídico-processual –, ele deve se afastar do cargo para se defender.

Eu defendo isso há dez anos, aqui, e o Supremo Tribunal Federal agora dá razão a nossa tese.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sem querer apressá-lo, eu preciso que V.Exa. encerre.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu só queria dar essa notícia. Nós temos esperança e o Brasil está mudando.

Há uma ação da Rede. Essa outra ação que foi julgada agora, do Ministério Público Federal. Quero tranquilizar a todos: não há nenhum problema com relação aos atos anteriores praticados pelo Presidente da Câmara. A decisão é *ex nunc*, ou seja, a partir do momento em que o Supremo o afastou, da confirmação da medida liminar concedida pelo Ministro Teori, às 7h30min.

Há esperança e o Brasil está mudando, Sr. Presidente.

Quero trazer essa notícia a este Plenário.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, “Senador” Chico.

Passamos a palavra à Sra. Marli Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília – SindSaúde.

SRA. MARLI RODRIGUES – Para não perder tempo, cumprimento todos na pessoa do Presidente desta comissão, Deputado Bispo Renato Andrade.

Infelizmente, três minutos é pouco. Eu estava ali quase infartando de novo. Eu queria muito falar.

(Manifestação fora do microfone.)

SRA. MARLI RODRIGUES – Muitas coisas aqui foram ditas, e eu quero, em princípio, dizer que nós, servidores públicos de Brasília, estamos esperando, ainda, as desculpas de um integrante desta Casa quando ele aqui fez uso da palavra e disse que nós não relacionamos o salário com o trabalho.

Eu vim aqui dizer a ele que vá usar essa atitude policalesca com quem rouba a saúde, não com quem constrói e faz até milagre para atender paciente. (Palmas.)

Eu quero, também... Não vou repetir, Gutemberg, mas quero ser mais cirúrgica nessa situação, porque muitos aqui falaram da situação das OS e tal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Nós distribuímos aqui, para muitos: “OS – não deixe que esse longa metragem seja exibido nas telas do DF”. Esse documentário traz as histórias escandalosas das OS no Brasil inteiro.

O SindSaúde, há três anos, viaja de norte a sul, em todos os estados deste abençoado país, vendo a roubalheira das OS. E aí não escapa ninguém: está todo mundo enrolado. Só terceirizam. Eu tenho que falar, Renato. Eu tenho que falar, meu querido Deputado: terceirizam só para roubar. Está provado aqui, nos números dos processos, que OS não resolve o problema.

Eu gostaria muito de entender – muito, mesmo – qual é a atração fatal que o nosso governador tem por terceirizar a saúde? Qual é a atração fatal? Meu Deus do céu! Um governo que não cumpre as leis, que não paga o servidor, que não oferece UTI para os pacientes.

Nosso problema não é tomógrafo. Nosso problema não está só na atenção primária, não está no pronto socorro, não está na falta de recursos humanos. O nosso problema está na roubalheira desenfreada. E aí não é só em Brasília, não. É no Brasil inteiro.

Vamos falar sério, pessoal! Se estivéssemos aqui, falando apenas do Distrito Federal, o problema estaria resolvido.

Eu estive no Rio de Janeiro. Um colega do Sindicato dos Médicos... Quem disse que não tem OS em emergência? Tem. No Pedro II, a OS tem mais de 40 processos. É investigada pelo Ministério Público, investigada pelo Tribunal de Contas.

Na maternidade... o Getúlio Vargas... Todos os hospitais que têm OS, no Rio de Janeiro – ontem nós só fomos em oito –, têm problemas com as OS. Todos. Problemas gravíssimos. Você chega à emergência... a OS funciona na emergência.

É por isso que eu digo: vamos falar de OS? O SindSaúde sabe discutir. Sabe por quê? Porque a gente foi lá. Nós vimos.

Aí, você chega lá e fala assim: “Olha, eu estou com dor precordial”. Clínico. “Eu trouxe esse bebê que tem dois meses e está com febre”. Clínico. “Eu trouxe esse que quebrou a perna”. Clínico. “Eu trouxe esse baleado”. Clínico. Só tem o clínico de plantão na OS. Só! Na emergência! As UPAs também são terceirizadas para as OS e também só tem clínico de plantão. Esse é o absurdo que se faz com a saúde do povo de Brasília.

Eu sei que meu tempo está acabando, mas eu gostaria também que V.Exa. fosse paciente comigo como foi com os outros. Nós aqui estamos em uma queda de braço com quem quer pagar uma conta com sangue do povo e do servidor e não podemos aceitar esse tipo de coisa. Eu estou aqui para dizer o que a gente verdadeiramente pensa. Não é seminário que vai resolver esse problema, não, pessoal. Nós não podemos mudar o SUS, nós temos que mudar é este governo. É isso que tem de ser mudado. Ou o governo respeita o servidor da saúde, respeita a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

população, ou ele tem que pedir para sair, mesmo! Eu lamentei muito Rollemberg não enxergar a tocha como um atleta, pegá-la, sair correndo e não voltar mais para Brasília, porque, sinceramente, nós não toleramos mais! Não toleramos mais este governo! Se você observar bem, desde os aposentados, que não recebem sua licença-pecúnia, aos servidores que não recebem os seus salários e às horas extras que não saem. E o governo vem com história de OS, para enriquecer empresário? Desculpem-me. Este governo tem dinheiro, está escondendo e nós não podemos permitir isso. Ou este governo muda o comportamento ou nós vamos mudá-lo. Nós somos contra a OS, porque nós somos do bem.

Muito obrigada!

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Marli. Agradecemos. Essa mulherada anda muito brava ultimamente.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem – SINDATE, Jorge Viana.

(Manifestação do plenário.)

SR. JORGE VIANA – Boa tarde, quase boa noite a todos.

Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, é um prazer fazer parte desta Mesa e poder falar um pouco mais sobre a OS. Na verdade, estamos fazendo uma faculdade sobre a OS, porque, como o governo sempre fala, estamos estudando, estudando, já há quase dois anos e já está quase terminando a graduação sobre a OS. Mas vamos ser pragmáticos aqui. Eu vou encurtar a minha fala, porque muitos já falaram e eu já fui contemplado.

O Dr. Jairo Bisol perguntou uma coisa aqui que muitos se perguntam, e nós estamos sendo prolixos em falar a mesma coisa, não dando uma solução. Eu diria que talvez a solução seja a mais simples possível. Falar em falta de gestão é o que está sendo mais comum, mas o que, de fato, é falta de gestão? Eu digo a vocês, colegas, na visão do sindicato: falta de gestão é, por exemplo, Deputado Bispo Renato Andrade, termos vagas de UTI, termos leitos de UTI não cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, não tendo repasse do Ministério da Saúde e tendo que pagar, por exemplo, a uma empresa privada, lá em Santa Maria, esse serviço. Ora, como é que eu ofereço o serviço, eu pago a uma empresa privada e não recebo do Ministério porque não fiz o cadastro? Isso acontece em quase todas as regionais. Aconteceu em Santa Maria.

Lá no HRAN – estivemos lá ontem –, temos dez leitos de UTI. Oito são cadastrados; dois, não. Esses dois não estão sendo repassados pelo Ministério. Isso é falta de gestão. Isso é falta de dinheiro. Então, falar que é falta de gestão sem explicar o que é não nos adianta. Nós estamos apresentando.

Outra coisa também: Brasília tem a pior cobertura na atenção primária do País. Uma das piores do país, em torno de 17%. Alguns falam em 23, mas é de 17 a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

23%, uma das menores do País. E cada pessoa atendida no Distrito Federal recebe do Governo Federal em torno de treze reais. Cada equipe assistida, parametrizada, tem entre dez e quinze mil reais para possuir uma equipe completa. Nós não temos equipe! O colega aqui do sindicato já foi embora, mas poderia corroborar o que estou falando. Então, se nós não temos equipe, se nós não temos recurso e não estamos trazendo o dinheiro para Brasília, é lógico que estamos gastando dinheiro e não temos esse retorno.

Então, pessoal, a falta de gestão é simples. Nós, sindicalistas, estamos ali, trabalhando, vendo o que está acontecendo, *in loco*, e sabemos, de fato qual é essa falta de gestão. Portanto, somos veementemente contra as OS.

Tenho outro ponto para falar, que ninguém abordou. Tudo já foi falado, mas eu queria, Deputado Bispo Renato Andrade, a sua licença para chamar uma colega ao púlpito, a fim de fazer algumas perguntas a ela e, assim, vocês entenderem mais ou menos o que estou dizendo. Qual é o perigo real das OS? Porque o servidor público tem um papel muito mais que técnico. E aqui faço uma saudação aos técnicos administrativos e aos técnicos de enfermagem, que estão...

E digo mais: a falta de gestão, em grande parte, acontece por falta de técnico administrativo, que não está lá para atender. Nós temos pilhas e pilhas de processos, como, por exemplo, contratos, processos de aposentadorias, que não são feitos porque não há o técnico administrativo.

Eu não vou falar o nome da colega, porque é muito recente, e eu gostaria de preservar o nome dela e da instituição. Mas eu queria saber o seguinte: colega, você tem quantos anos de profissão como técnica de enfermagem?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Oito anos.

SR. JORGE VIANA – Trabalhando no mesmo lugar sempre?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Sim.

SR. JORGE VIANA – Você procurou o sindicato esta semana por quê?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Para reivindicar um direito meu, de feriados trabalhados num hospital privado e não pagos. Por causa disso eu fui punida com uma justa causa.

SR. JORGE VIANA – Você procurou o sindicato.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Sim.

SR. JORGE VIANA – Após procurar o sindicato e o sindicato ter ido a sua unidade, o que aconteceu?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – O sindicato foi de manhã, se reuniu com o RH. Quando foi à tarde, eu fui demitida por justa causa.

SR. JORGE VIANA – Ok. Muito obrigado, colega. Muito obrigado mesmo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Pessoal, olha só, mais uma desempregada no Brasil. Sabem o porquê? Porque reclamou os seus direitos. Aqui nós não falamos nisso, mas o servidor público não é só técnico, ele é um fiscal do povo. Se ela fosse servidora pública e reclamasse, ela não seria demitida. Mas ela é da iniciativa privada, reclamou e foi demitida.

Se entrar a OS, vão todos trabalhar caladinhos, sem falar um pio, porque, na iniciativa privada, se falar, é demitido. E é isso que nós queremos para a Saúde? Pessoas amordaçadas? É isso que vai acontecer. Servidores amordaçados sem poder reclamar, sem poder falar que está faltando seringa, que está faltando medicação. Esse é outro problema da OS.

Deputado Bispo Renato Andrade, eu quero presentear o senhor com a camisa das OS, porque nós estamos falando com substância. Nós temos aqui nestas camisetas dez pontos que explicam por que nós não somos a favor das OS. Então, temos argumentos suficientes. Eu gostaria de entregar para o senhor a camisa das OS. (Palmas.)

Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade.

Na verdade, fico muito feliz por a CPI da Saúde ter sido instaurada com o apoio de todos vocês.

Muito obrigado. Um forte abraço e fiquem com Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Jorge.

Eu quero fazer menção à saudação que envia a todos o Deputado Robério Negreiros e também o Deputado Ricardo Vale, que está fora do País, mas manda dizer a todos vocês que também é contra as OS. O Deputado Robério Negreiros envia saudações, mas não se posicionou até o momento.

Concedo a palavra ao Dr. Marcos Gutemberg Fialho da Costa, Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

SR. MARCOS GUTEMBERG FIALHO DA COSTA – Cumprimento a Mesa na pessoa do nosso Presidente, o Deputado Bispo Renato Andrade. Cumprimento os presentes, os representantes dos sindicatos, dos conselhos de saúdes e dos usuários.

Vamos aos fatos. Por que OS e não administração pública? Porque as OS têm algumas vantagens que a administração direta pelo governo e pelo Estado não tem. Por exemplo, não se submete aos requisitos da Lei de Licitação, portanto, dá mais agilidade em compras, em contratação de pessoal, em conserto e compra de aparelhos etc. Ora, se tiver um planejamento adequado, você compra medicamentos, você compra equipamentos e você contrata o pessoal. Se você tem uma política de recursos humanos decente, você sabe o déficit de pessoal. O Helvécio acabou de falar que o governo não sabe, não é, Helvécio? Então, isso é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

vantagem ou falta de gestão, falta de gestor competente?

Outra vantagem é a rapidez na contratação e na admissão. Jorge, muito obrigado pelo exemplo. Isso é o que acontece com o regime celetista. O regime estatutário dá um instrumento fundamental para o Estado, que é a estabilidade do servidor, que faz com que o serviço funcione independentemente de quem esteja no governo. O servidor é respeitado, não é assediado. O Brasil é signatário de uma convenção da Organização Internacional do Trabalho que quer trazer para a iniciativa privada a estabilidade do serviço público, e não se aplica. Portanto, o regime celetista não é uma vantagem, pelo contrário, é uma ameaça ao próprio serviço público.

Outra questão fundamental que dizem que é vantagem das OS é que a avaliação da gestão da OS se dá mediante avaliação de cumprimento de metas estabelecidas no contrato de gestão. Ora, planejamento estratégico, cumprimento de metas, avaliação de desempenho e valorização do servidor são instrumentos de qualquer modelo de gestão, seja pública ou privada. Por que o público não os aplica? Porque é incompetente. Portanto, mais uma vez, não é vantagem de OS. Nós precisamos levar para a administração pública é competência na gestão, que está faltando.

Encerrando, mais uma vantagem alegada para a contratação da OS, em vez da gestão pelo serviço público, é que o gasto das OS não entra no câmputo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós acabamos de ouvir o representante do Ministério Público dizer que o entendimento do Ministério Público do Distrito Federal é que soma, que faz parte do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós entrevistamos, no Sindicato dos Médicos, Deputado Bispo Renato Andrade, o presidente do Tribunal de Contas, Dr. Renato Rainha, e está no Facebook, nas mídias sociais a entrevista em que ele diz que, sim, aquela corte entende que o gasto com organizações sociais faz parte do câmputo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, onde estão as vantagens? Só se forem de outro modo, de outra espécie, como já foi comentado aqui.

Meus amigos, quais modelos o Distrito Federal apresenta como vantagem de eficácia de OS? O Sarah Kubitschek e o Hospital da Criança. O Sarah Kubitschek é uma OS federal; o recurso vem de emenda, de Orçamento da União. No Hospital da Criança, Deputado Bispo Renato Andrade, não se repete esse modelo; a Abrace o construiu e o deu para o Estado. Portanto, o governo quer trazer as OS com um discurso demagógico, de má-fé e mentiroso. O Governador Rollemberg mente e engana a população do Distrito Federal, ao dar como exemplo de eficácia de OS o Sarah Kubitschek e o Hospital da Criança, quando ele quer trazer para cá outros modelos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

O sistema é mais eficaz? Não. Em todo o País mostrou que aumentou o custo e diminuiu a produtividade, diminuíram os procedimentos. Vamos aos fatos: nós temos um relatório do Tribunal de Contas de Goiás que mostra que houve aumento nos aditivos contratuais. Os repasses financeiros feitos pelo Governo de Goiás para organizações sociais aumentaram mais do que os números de atendimentos e procedimentos realizados entre 2012 e 2014.

O Hospital de Urgências de Goiânia celebrou em 2012 um contrato no valor inicial de 94 milhões; após uma série de aditivos, o contrato foi reajustado em mais de 73%, chegando a valores superiores a 163 milhões. Já o Hospital Geral de Goiânia começou com um contrato de 66 milhões; com aditivos, foi para 126 milhões, um aumento substancial, de 89%. O Hospital Materno Infantil começou em 2012 com um contrato de 51 milhões; houve um acréscimo de 71% com contrato aditivo, indo para 83 milhões.

O Hospital Geral de Goiânia registrou queda de 1,3% no número de cirurgias, se comparado o período de 2011, quando gerido pelo Poder Público, ao de 2014, quando administrado por OS. Quanto à produção ambulatorial registrada no HUGO – Hospital de Urgências de Goiânia e no Hospital Geral de Goiás, houve redução, no comparativo de 2011 com 2014, na ordem de 4,3% e 6,2%, respectivamente. Onde está a eficácia?

O que aconteceu no Rio de Janeiro? Nós fizemos, há um mês, no Sindicato dos Médicos, uma palestra...

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Dr. Gutemberg, infelizmente, o senhor tem um minuto para concluir. Nós estamos fora do nosso tempo.

SR. MARCOS GUTEMBERG FIALHO DA COSTA – Pessoal, tudo isso mostra que aumenta o custo e diminui a produtividade.

Nós temos uma questão grave aqui no Distrito Federal, que é o desabastecimento. Nós estamos com falta de fio de sutura a tomógrafo. Nós recebemos ontem, Deputado, no Sindicato dos Médicos, um pedido de um chefe de centro de saúde para que nós doássemos *toner*, tinta para imprimir receituários, receitas, e o governo gastou 4 milhões para receber a tocha olímpica. Está havendo um aumento assustador de óbitos evitáveis, e se gasta dinheiro com coisas que, neste momento, não são importantes. Quem vai responder por essas mortes, Deputado? Alguém tem de ser preso, porque isso é crime.

Pessoal, não vou repetir o que já foi falado, mas eu tenho certeza de que nós não iremos destruir o maior sistema de saúde do País. Estão querendo enterrar o nosso sistema público de saúde. Nós, os senhores, os Deputados, os representantes da saúde aqui presentes não vamos fazer parte desse cortejo, não vamos ser os coveiros do SUS.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Pessoal, nós vamos ouvir agora as pessoas do Governo. Como todos nós, eu tenho as minhas diferenças de opiniões com o Governador Rodrigo Rollemberg, mas não à pessoa do Governador Rodrigo Rollemberg. Eles são meus convidados aqui na minha Casa, que é a nossa Casa. Mesmo que se fale alguma coisa com que vocês não concordem, eu gostaria que elas fossem tratadas com o respeito devido. De uma maneira muito especial, para cada um desses convidados, que a gente possa ouvi-los com bastante atenção. Muitas vezes, nós traduzimos a nossa opinião e, outras vezes, a opinião do governo.

Sobre a Eliene, de uma maneira especial, não viria ninguém da secretaria de saúde, mas fiz questão de convidá-la e, com muita boa vontade, atendendo um apelo nosso, ela está aqui conosco. Isso demonstra um respeito pela Câmara Legislativa, um respeito para com vocês. Ela veio representar e falar daquilo que pensa a secretaria de saúde. Só esse gesto de grandeza da Dra. Eliene Berg demonstra para todos nós que precisamos ouvi-la atentamente.

Eu peço a gentileza de vocês. Claro que eles podem falar, e vão falar do posicionamento do governo. Nem sempre concordamos, mas nós não concordamos com a ideias e não com as pessoas. A gente discute ideias e não discute pessoas. Temos de ter muito respeito e muita consideração. E olha que ninguém bate no Governador Rodrigo Rollemberg mais do que eu nesta Casa, mas, nem por isso, a gente deixa de ser amigo, porque o que combatemos são as ideias. No campo das ideias, não temos dificuldade de dialogar com ninguém.

Sou da Oposição. Sou Líder da Oposição nesta Casa. Não vou ao Palácio do Buriti, não vou conversar com o Governador Rodrigo Rollemberg. O meu gabinete está à disposição dele. Na hora em que ele quiser vir conversar comigo, terei imenso prazer em recebê-lo, mas não sairei daqui para ir ao outro lado da rua a não ser que ele tenha propostas, de fato, que melhorem a qualidade de vida da população do Distrito Federal. Nem por isso, vou deixar de respeitar as ideias do Governo do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Herbert de Lima, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento.

SR. MARCELO HERBERT DE LIMA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Deputado Bispo Renato Andrade, demais integrantes da Mesa. Eu gostaria primeiramente de parabenizar pelo evento, esta audiência pública, este debate está sendo muito enriquecedor, muito esclarecedor, os assuntos tratados aqui, a forma de se pensar. As ideias e opiniões não são lidas em livros, não são lidas em manuais, são opiniões que vêm de conhecimento empírico do dia a dia dos senhores, de todas as categorias de dentro da secretaria de saúde, desde a pessoa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

que atende no protocolo, o médico, quem está na emergência, quem está no ambulatório, todas as visões do nosso Sistema Único de Saúde.

Eu também sou servidor de carreira do Distrito Federal. Estou aqui há 22 anos. Já passei por seis governos. Sou um auditor de controle interno e também viso ao bem da administração pública em todos os governos por que passei.

Eu venho aqui esclarecer um pouco o papel da secretaria de planejamento dentro desse processo. Como competência, temos uma unidade de gerenciamento do terceiro setor que possui modalidades. Temos modalidades como PPP e modalidades como as Organizações Sociais. Como competência, anualmente, fazemos uma audiência pública, um chamamento público, em que organizações sociais podem se pronunciar por meio de formulário que está na internet com toda a forma de se fazer isso. Elas procuram a secretaria de planejamento para tentar se credenciar como organizações sociais.

Tenho alguns números para os senhores. Nós tivemos, até hoje, 92 pedidos de credenciamento: 5 foram qualificados até hoje, 20 estão em análise, 41 foram indeferidos, 7 revogados e 19 anulados.

O que podemos falar é que o trabalho na secretaria de planejamento é muito rígido. Os critérios são todos obedecidos segundo a lei de regulação. Temos lei e decreto que regulamentam e cumprimos todas as nossas obrigações quanto a isso.

Dentro dessas organizações sociais, elas podem ser encaixadas na área de saúde, educação, assistência social, cultura, e cabe a cada unidade administrativa do Distrito Federal, em seus projetos – é de competência de sua gestão –, decidir qual a melhor modalidade e a melhor forma de fazer a sua gestão. Para dar prosseguimento, pergunto se alguém da Mesa tem alguma dúvida quanto às competências da secretaria de planejamento.

Eu saio daqui com um conhecimento muito enriquecedor. Vou levar isso aqui para as pessoas do governo. Sei que tudo está sendo filmado, temos aqui tudo por escrito, isso vai ser repassado, mas vou sentar e repassar tudo o que está sendo colocado aqui nesta audiência porque está muito enriquecedor e as opiniões são todas muito construtivas. Obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado pelas manifestações. Só não concordo com esse negócio de ele ser lindo. Ele é muito feio. (Risos.)

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Você é uma alma boa. (Risos.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Então, nós vamos ouvir Sra. Eliene Berg. (Palmas.) Obrigado, ultimamente só ouço falar mal dela. Ainda bem que bateram palmas. Volto a insistir: ela é nossa convidada. Mesmo que discordem dela, ouçam com muita atenção.

Eu quero agradecê-la por ter aceitado o nosso convite, por estar aqui, é nossa convidada. Se alguém tem que apanhar aqui, não são nossos convidados. Vamos bater no Rollemberg.

Concedo a palavra à Sra. Eliene Berg.

SRA. ELIENE BERG – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Bispo Renato Andrade. Eu quero agradecer a gentileza da acolhida do senhor, que se mostrou mais do que um grande Parlamentar, um verdadeiro *lord*, intercedendo. Eu queria cumprimentar todos os demais membros da Mesa e todos os servidores da saúde na pessoa da Maura. Já nos reunimos algumas vezes para conversar sobre os problemas da saúde, os problemas dos servidores. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Maura.

Eu queria agradecer a oportunidade. Vou falar com muita transparência, como servidora da saúde que sou, como médica – que foi a profissão que Deus me deu a oportunidade de ter e escolhi há alguns bons anos –, e, claro, também como representante, neste momento, da secretaria de saúde, aqui representando o Secretário Humberto Fonseca, que não pôde estar presente. Nós viemos corajosamente e orgulhosamente representar a secretaria de saúde.

Não vou dizer a vocês que, quando a gente chega, não fica um pouco receoso, quando nós estamos do lado que, realmente, é o que, diante das evidências, tem que ser atacado. Contudo, cabe a nós, neste momento – eu, enquanto gestora, enquanto colaboradora dessa pasta, – assumir as nossas responsabilidades, assumir a nossa fala e a nossa coragem de estar aqui para ouvir e também para falar.

Foram muito bem colocados aqui todos os gargalos da secretaria da saúde por todos os que fizeram falas referentes a ela, que a conhecem de muito mais longa data do que eu. Vale ressaltar a experiência louvável do Dr. Jairo Bisol, que fez uma fala muito brilhante sobre a questão de recursos humanos e o recurso orçamentário financeiro que, realmente, hoje são duas coisas que dificultam bastante o trabalho.

Contudo, eu gostaria de ressaltar uma coisa interessante. Não acho que há culpados, mas posso garantir a vocês que todos os problemas não se constituíram no último um ano e quatro meses do atual governo. Não sou amiga pessoal do governador, tive a oportunidade de ser convidada tecnicamente para compor essa equipe há oito anos. Então convidada a ser Secretária Adjunta do ex-Secretário Fábio Gondim, com quem tivemos uma parceria de trabalho. Tivemos a oportunidade de ser convidada a permanecer, por servidora que somos da casa há dez anos. Mas uma coisa temos que ponderar: assumir uma pasta, uma gestão, um governo, não é fácil. Quando eu era servidora lá da ponta – e fui da ponta, quem trabalhou comigo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

conhece o meu trabalho e sabe a pessoa que somos como servidor – não tinha ideia da dificuldade que é ser um homem público, um gestor público. Eu aprendi a admirar os Parlamentares, os homens públicos, de verdade. Sabe por quê? A gente ouviu algumas falas aqui, “vagabundos”, alguma coisa assim. Vocês não imaginam a dificuldade que todos têm para trabalhar, e eu digo todos, e a gente ouve falar tão mal das pessoas, do deputado, do governador, do presidente. Mas são pessoas que dedicam, por quatro anos, a sua vida pessoal em prol de um governo, de uma nação, porque certamente acreditam em algo melhor. Acredito que alguns se perdem nesse caminho e se conduzem por coisas que não são boas para a gestão pública, chamadas de corrupção. Infelizmente isso acontece, mas a essência do ser humano é ser bom.

Em se tratando de saúde, saúde se faz para pessoas, e o melhor jeito de fazer saúde é com pessoas. Nós, servidores, temos uma responsabilidade muito grande, porque o governo passa; o servidor permanece, no mínimo, entre 30 e 35 anos, que é o tempo de aposentadoria. E como é que chegamos a nossa aposentadoria? Qual a nossa contribuição? Exatamente, o nosso trabalho. Mas, mais do que o nosso trabalho, o profissional de saúde tem um diferencial, que é o carinho com que faz o seu trabalho, porque ele cuida de gente. Até com o toque; nós examinamos pacientes, nós tocamos as pessoas, e, se nós não ouvirmos as pessoas, não conseguimos identificar o problema delas e tratá-las adequadamente – qualquer um, seja psicólogo, odontólogo, assistente social, médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, todos nós. Se o fruto do nosso trabalho é o ser humano, ele é holístico e exige de nós esse empenho.

Com relação à discussão das OS, é uma discussão que, neste momento, se faz necessária, tem sido um tema polêmico, veiculado na mídia social, na rede social, mas, até o momento, eu, como Secretária Adjunta, não ouvi nenhuma fala do governador afirmando que isso será feito. Não houve. Até então, o que eu tenho ouvido dizer é que está sendo feito um estudo que possa trazer propostas e soluções para a gestão. E eu acredito no bom senso. Eu aposto no bom senso desse governo e acredito que nós temos um exército de 34.980 servidores, que são bons. Há algumas exceções, mas o problema não é por ser servidor, médico, é da pessoa. Cada um tem as suas limitações. Nós temos um bom exército para trabalhar, muito maior do que várias populações de algumas cidades brasileiras – uma complexidade de ação extrema. E, se há uma coisa que, apesar dos problemas, ainda salva vidas, é a saúde pública. Na saúde pública do Distrito Federal, nós temos o privilégio de ter excelentes profissionais. Nós temos grandes profissionais qualificados em toda a rede. Nós temos excelentes profissionais, do ponto de vista de formação, e que também são pessoas muito dedicadas. Eu tenho podido ver isso.

Eu acredito que ainda podemos dar a volta por cima, que ainda podemos ter ação, efetividade, e ver quem realmente precisa de nós, que é o paciente. Cada um de nós pode não escapar: podemos, a qualquer momento, nos tornar um paciente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

da rede pública. Então, é preciso que nós tenhamos essa sensibilidade de aparelhar realmente a parte tecnológica, de investir em RH, em capacitação, e de estar ciente também do nosso papel.

Eu vou dar um pequeno exemplo, para encerrar, que o Helvécio muito bem colocou: faturamento. A saúde pública é de graça, mas ela tem custo. E nós recebemos por isso. Fonte 138, recurso passado pelo Ministério da Saúde.

E sabe o que acontece hoje? Vou relatar para vocês uma pequena experiência que eu tive, um ano atrás, quando estávamos em Taguatinga, na coordenação: nós olhamos o que os profissionais realizavam de atendimento, a estatística era elevadíssima – mostrava que eles trabalhavam muito e atendiam muito.

Quando nós olhávamos o faturamento, era lá embaixo. Ou seja, estava deixando de ter recursos. Recurso é dinheiro, e nós precisamos de dinheiro para trabalhar. Por que isso acontecia? Porque nós servidores precisamos ser sensibilizados de que a empresa é nossa, e nós temos que cuidar dela para que nós tenhamos onde nos aposentar e garantir que outros possam entrar nela, porque acredito tenha alguém aqui que não foi chamado, não tomou posse e espera entrar ainda como servidor público. Mas se nós executamos os nossos atendimentos, e não temos a sensibilidade de colocar o código, lançar no sistema, gente, isso não é faturamento. A gente perde dinheiro.

Então, isso – por incrível que pareça – é uma das coisas que complicou muito a gestão – acreditem, vocês, é verdade! Helvécio citou o exemplo: 26 milhões é o custo do Hospital do Gama, e não faturando um milhão por mês. Será que as pessoas lá não estão trabalhando, será que não estão atendendo? Claro que estão!

Acontece que nós temos que nos sensibilizar para executar o faturamento e ter, claro, um sistema melhor. Quando falo sistema, é sistema de tecnologia, mesmo. Então, são várias coisas que precisam ser vistas, estão sendo analisadas, não é fácil.

E também, não vamos culpar governo e pessoas, é um contexto. A crise da saúde, hoje, reflete uma crise da sociedade mundial. Há dez, quinze anos a gente não via o usuário entrar em uma emergência e agredir um servidor; nós não víamos um servidor tão estressado que, às vezes, não tolera, não consegue lidar com as dificuldades, e acaba tendo um distúrbio psiquiátrico.

Então, é uma série de coisas, são causas multifatoriais, e nós temos que enfrentar. Cabe a nós, todos nós – não é só o Governador, não é só o Secretário –, a cada um dos servidores, a cada um de nós cidadãos, porque o Brasil ainda é um dos únicos, quase, países que podem se orgulhar de ter um serviço público de saúde para a população. E percebemos isso, muito claramente, quando vamos fazer uma viagem fora do país e a primeira coisa com que nos preocupamos é em fazer um seguro de saúde, porque se – Deus livre e guarde – acontecer alguma coisa conosco



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

lá, nós estamos enrolados. Coisa que ninguém que vem para o Brasil, eu tenho certeza, se preocupa, porque sabe que aqui se atende a todos.

Para finalizar, em relação ao que foi dito da CPI: a única coisa que eu lamento da CPI é que ela vai dar muito trabalho para a gente fazer relatórios. Mas acho ótimo que ela seja instalada. Eu acho ótimo que se apure, realmente, os gargalos, se apurem, realmente, as responsabilidades. E até de diretrizes para gestão nós precisamos, sim. Ninguém é tão super-herói que vai conseguir resolver tudo sozinho. E só a união de todos é que pode trazer uma saúde melhor para o Distrito Federal.

O que eu peço a vocês, como servidora, é o seguinte: não tenhamos essa intolerância, vamos aguardar, vamos ver o que vai dar. Se, realmente, acontecer de se instalar isso, se prevalecer, vamos reivindicar. É direito de cada um reivindicar, é direito do servidor, e nós temos que brigar mesmo, pois nós somos servidores da saúde. E a gente quer sentir, continuar sentindo orgulho de ser servidor da saúde. Então, vamos todos nós cooperar com o nosso trabalho que já vem sendo feito. Vamos lutar juntos, porque mais do que o nosso trabalho tem gente que precisa dele para continuar sobrevivendo.

Eu agradeço demais a vocês, agradeço por terem me ouvido. Eu espero, sinceramente, que Deus nos conduza e dê sabedoria a todos, para que a melhor decisão, a melhor solução chegue e, realmente, traga para todos que precisam da resolução disso a melhor estratégia possível.

Muito obrigada a todos, muito obrigada, Deputado Bispo Renato Andrade, uma boa noite para vocês.

Eu espero que, no futuro, todos estejamos muito satisfeitos com o resultado de tudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Roni é da UnB, não é isso? É verdade, o pessoal da UnB está aqui com muito carinho. Eu sei que o horário está avançado, temos hora para terminar porque teremos outra sessão daqui a pouco, mas eu não poderia encerrar – até marquei algumas pessoas – sem ouvir pelo menos mais três pessoas. Deem-me a oportunidade de ouvir o Roni, que é aluno da UnB.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vamos ouvir o jovem Roni Ramos, aluno da UnB.

SR. RONI RAMOS – Boa noite a todos. Estou aqui incumbido da responsabilidade de representar os meus colegas da Universidade de Brasília. Sou estudante do curso de Saúde Coletiva, e desde já quero pedir a todas as autoridades aqui presentes que olhem esse curso com carinho, por favor. Saúdo os enfermeiros da Universidade de Brasília, categoria que está aqui presente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Mais do que falar de luta de classes, de discurso de classes, dos sindicatos, eu quero deixar bem claro que qualquer discussão que envolva saúde e seja feita em qualquer canto do Brasil, seja na Câmara Legislativa do Distrito Federal, seja na Câmara dos Deputados, seja na universidade, todo discurso tenha como horizonte o direito do povo brasileiro à saúde. É um direito e um dever do Estado. Temos que garantir isso e lutar por isso. É só isso que eu peço.

Essas discussões são pontuais, são importantes, mas não reduzamos o sistema a elas. Vamos pensar o sistema de saúde como um sistema que tem nós, e esses nós devem ser vistos de um modo completo, de um modo holístico. Não podemos reduzir o sistema a essas meras discussões. Fazemos muito essa discussão na universidade, todos aqui são prova disso, estamos aqui presentes representando a universidade e a faculdade de Ceilândia, em especial.

Quero lembrar outra coisa: estamos num espaço democrático e temos que defender que o SUS é a democracia, o SUS é saúde para todos, sem distinção de raça ou cor. O SUS é para todo mundo, independentemente da grana que tenha. É isso que prezamos na sociedade. Um discurso democrático de que eu sempre me lembro é o discurso de um dos mestres e ícone da saúde coletiva, o Dr. Sérgio Arouca, que participou do movimento da reforma sanitária. Em suas últimas palavras, num discurso banhado por democracia, ele falou que a democracia vem acompanhada da coletividade e da diversidade. Esse é o caminho para a construção desse sistema tão lindo que a gente tem. É um caminho difícil, vão ter percalços, mas, segundo ele, é o caminho. Esse é o caminho que a gente deve seguir, eu concordo.

Para finalizar, num discurso de democracia, eu acho que OS não faz parte da democracia. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado. Vamos ouvir o Sr. Alcione Pimentel, em homenagem ao seu pai, à sua mãe e por ele ter esperado aqui até agora. Quero deixar claro a vocês que eu não tenho dificuldade de ficar aqui para ouvir todo mundo.

SR. ALCIONE PIMENTEL – Boa noite, companheiros. Mais uma vez, estamos numa audiência pública. Passamos pelo Senado Federal, passamos pela Câmara dos Deputados, e de novo estamos na Câmara Legislativa.

A única coisa que eu não entendo é esse Governador insistir num tema que ninguém aprova. Ninguém aprova esse tema, nem os próprios gestores dele. Acabamos de ouvir aqui a secretária adjunta, a qual eu parabeno.

Falaram que não temos gestores competentes. Eu acho que temos, o que falta é o Governador escutar os seus gestores, pelo que acabo de ver aqui. Eu acho o seguinte: as pessoas fazem suas plataformas de governo, mas na hora fazem uma coisa totalmente diferente. Isso não dá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Eu quero tocar no assunto da CPI. Parabéns! Chegou até um pouco tarde essa CPI, a qual poderia ter sido feita em outros governos também. Sempre o problema é saúde, saúde, saúde, mas ninguém sabe qual é o problema. Para esconder o problema, jogam o tapete para trazer a OS. É muito bonito. Tem que trazer, tem de abrir a caixa preta da CPI da Saúde. E mais: peço que coloquem alguns nomes nessa CPI. O Deputado Prof. Reginaldo Veras, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, entende do tema e as informações sobre a saúde estão indo para ele, e até mesmo V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade, que está aqui com a gente. Se deu certo na CPI dos Transportes, coloca a pessoa que está dando certo na CPI. Não tem que mudar, não. O jogo está sendo jogado, nós estamos sempre perdendo vidas, como já foi falado aqui.

Eu quero deixar um recado ao Deputado Roosevelt Vilela. Eu até tento falar esse nome. Já que ele quer fazer OS, que faça na casa dele. Ele é bombeiro, então faça uma audiência pública e chame os bombeiros para dizer que a partir de hoje vai implementar a OS dos brigadistas. Brigadista é paramédico, é ou não é? Ele faz RCP (Reanimação Cardiopulmonar), teste de escala para salvar. Então, Sr. Deputado, é muito fácil falar da casa dos outros. Faça na sua casa, dê o exemplo de OS na sua casa. Chame todos os militares a esta Casa e coloque para votar a OS dos bombeiros e dos brigadistas. E depois vem para a saúde. E faça na caveira!

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Alcione. Ainda bem que eu deixei o homem falar, senão não sairia daqui hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Léo Carvalho, administrador de carreira da Secretaria de Estado da Saúde.

SR. LÉO CARVALHO – Sou pequenininho, mas os pequenininhos têm uma coisa interessante: o espaço é pequeno para o sangue rodar, e roda rápido.

Quero cumprimentar a Mesa e todas as pessoas que aqui estão na pessoa do Deputado Bispo Renato Andrade; cumprimentar todos os sindicalistas na pessoa da minha presidente Marly; cumprimentar todos os conselheiros regionais de saúde na pessoa do meu presidente João do Violão, Presidente do Conselho Regional de Saúde do Paranoá; e cumprimentar o Oséas, conselheiro de saúde do Distrito Federal.

Quero começar minha fala fazendo uma pergunta: será que alguém explicou ao nosso Governador – creio que este vídeo vai chegar às mãos dele, quero que chegue – o que significa o Conselho de Saúde do Distrito Federal e o que significa o Conselho de Saúde Regional das Regionais? Acho que o sindicato não entendeu. De acordo com a última greve, a forma como ele nos tratou, Sr. Presidente, parece que ele não entende o que significa sindicato e nem trabalhador. É um abuso.

Quero saudar os colegas. Peço uma salva de palmas bem forte aos colegas que aqui estão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

(Salva de palmas.)

SR. LÉO CARVALHO – Sabem por que aqui não está mais cheio? Porque tem gente segurando a ponta no hospital, cuidando para as pessoas não morrerem. Por isso não lotamos aqui, porque o pessoal está trabalhando.

Quero saudar os gestores da Secretaria de Saúde, na pessoa do Superintendente da Região Leste, Dr. Zanetti, e da Dra. Eliene, de quem tenho boas referências. Recebi referências da Dra. Eliene que, como gestora, aumentou o faturamento na regional de Taguatinga com algumas ações simples. Então, temos gestores sim, Sr. Governador, dentro da Secretaria de Saúde. E lá não precisamos de OS.

Sr. Governador, temos gestores, sim. Inclusive eu, Léo Carvalho, como administrador de carreira apoiado pela nossa presidente Marly, junto com o Helvécio, que muitas vezes nos ajudou, encampamos uma luta em 2008/2009, quando entendemos, Sr. Presidente, que gestão já era o problema. Encampamos uma luta para a contratação de administrador para ajudar a compor na gestão da Secretaria de Saúde. O problema não é só recompor com técnicos administrativos, mas também com administradores e gestores. E a gente carregar o lema: cada macaco no seu galho. O médico, o dentista e o enfermeiro, com todo o respeito, devem sair da gestão da caneta, de fazer documento, e ir para a assistência atender o povo.

Quero fazer uma fala junto com o meu amigo faca na caveira. Quando tem corrupção lá na ponta – é o sentimento da nossa presidente –, quando tem corrupção lá em cima, na ponta da cadeia, é o profissional da ponta, no PS (pronto-socorro), que aplica injeção e atende o que está doente. Sobra para ele. Eu cortei o dedo esses dias e fui lá. O médico que comprou o fio de sutura. Ele me avisou: “Olha, quando você vier, se algum menino seu machucar, quando você vier para cá, traga o fio de sutura, pois é perigoso não ter”. É triste isso.

Só para fechar, pois eu sei que o meu tempo está se esgotando, eu vejo que é uma preguiça de gestão colocar a OS. Eu queria plantar essa sementinha no coração de todos que aqui estão, inclusive nos membros da Mesa. É uma preguiça de gestão colocar OS. Sabia?

Todos da gestão precisam se empenhar em fazer gestão. Se fizerem isso, gente, vai dar certo. Vai dar certo porque nós temos capacidade, braço e gente para fazer isso. A gente não precisa terceirizar um dever que é nosso. É um assunto nosso fazer gestão de saúde. Deixa a OS para lá. Governador, bota a OS para governar o DF. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, meu amigo Léo. Concedo a palavra ao Leandro Alves Rabelo.

SR. LEANDRO ALVES RABELO – Boa noite, gente. Cumprimento os presentes da Mesa, em especial, o Deputado Bispo Renato Andrade e a nossa amiga Marly,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

com quem a gente teve o prazer de estar presente nesses últimos dias. Ela está nos apoiando.

Eu estou aqui, hoje, para falar em nome, especificamente, de uma carreira que nem sempre é lembrada. O profissional é lembrado, mas a carreira, dentro da Secretaria de Saúde, nem sempre é bem lembrada, que é a dos cirurgiões-dentistas.

A gente sabe que os desafios da Secretaria de Saúde hoje são enormes. A gente está aqui discutindo isso, falando de gestão, dizendo não às OS. Essa é a nossa posição.

Enquanto cidadãos, a gente é testemunha dessa situação de privação do direito universal, desse atendimento resolutivo integral a que as pessoas têm direito. Como profissionais, a gente sabe das possibilidades que a gente tem para oferecer, a qualidade no atendimento. Já disseram aqui que, sem profissionais, a saúde não anda porque a gente tem o carinho, a gente tem o cuidado, a gente tem o toque.

Quando a gente pode contar com os nossos representantes, esses caminhos se tornam muito mais fáceis. Muito obrigado por essa oportunidade de estar aqui discutindo essa questão.

A realidade é que, especificamente falando do nosso caso, dos dentistas, o nosso quadro está defasado há cinco anos. A gente teve um concurso recentemente, e só oito dentistas foram chamados. Estamos sem previsão de novas nomeações. Todas as vezes, nas rodadas de conversa em que a gente tem pedido nomeações, é sempre o mesmo discurso de que não há recursos, de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite.

A realidade é que hoje o DF é a pior unidade da Federação em assistência em saúde bucal. Essa é a realidade. O relatório recente de 2015, a que os senhores podem ter acesso no Plano de Diretrizes da Saúde de 2016 a 2019, mostra que somente 27% da população do DF pode ser coberta hoje.

A gente só tem o Hospital Regional da Asa Norte e o Hospital do Gama que dão atendimento 24 horas. Essa é uma limitação que a Secretaria tem. Necessidade tem. O gerente já disse que precisaria de, pelo menos, 230 dentistas imediatamente para ter condição de fazer isso.

A gente faz também um apelo, aqui, aos Deputados presentes em relação à derrubada do veto ao PL nº 252, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que trata da presença dos dentistas na UTI. O projeto foi aprovado por esta Casa unanimemente e foi vetado pelo Sr. Governador. A gente pede apoio para a derrubada do veto.

Além disso, para finalizar, eu reitero o nosso pedido para que sejam barradas as Organizações Sociais e, em nome da nossa comissão, eu reitero a confiança nos senhores nessa possibilidade de conversar. Meu muito obrigado. Peço que olhem por nós, os profissionais de saúde bucal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado.

Mara Fonseca está presente? Não está. Carlos Alberto Guimarães Santana? Também não. Donato Álvaro.

SR. DONATO ÁLVARO – Deputado, eu venho de Brazlândia, área rural. Cumprimento a Mesa na pessoa do ilustre Deputado Bispo Renato Andrade. Cumprimento os senhores e a nossa ilustre Secretária Adjunta de Saúde.

A minha preocupação com relação à Secretaria e ao hospital, é o seguinte: eu sou produtor rural. Quando a gente é atropelado por um cavalo ou quando cai de um cavalo e vai ao Hospital de Brazlândia, por exemplo, não tem um raio x. O aparelho está quebrado há tempos. Há vários pedidos para que seja arrumado, mas não arrumam. Médicos? Em Brazlândia, nós temos os mesmos há trezentos anos. Não vai um sequer para lá nem por decreto.

Saindo para o HRAN, para Hospital de Base, tem lá a lista dos médicos, mas quando vamos procurá-los, eles não estão trabalhando. Viu, Doutor? Ele não veio, faltou, e não tem outro para substituir. Isso é lamentável!

Com relação à minha Secretaria, OS está visível que não é solução. Eu não entendo de finanças, eu entendo apenas de cuidar de bois. Mas pergunto à senhora: se a Secretaria tem dinheiro para pagar as OS, por que não tem dinheiro para cuidar do SUS? Por que não tem dinheiro para cuidar do hospital? Por que não tem dinheiro para melhorar?

Falaram em CPI! Tomara Deus, Deputado Bispo Renato Andrade, que suas orações sejam ouvidas lá no céu. Abriram uma CPI para investigar o governo passado do Dr. Agnelo e o atual. Tomara Deus que não tenha o espírito do Lula aqui dentro para atrapalhar essa investigação da CPI e que ela possa ir até o final.

Fizeram a CPI do Transporte Público e o caboclo saiu daqui e está na Presidência da República trabalhando. Eu não vi nada. Não melhorou em nada.

Então, vamos fazer a coisa séria! É uma Casa de reclame, e eu estou reclamando. Eu estou pedindo clemência aqui. Põe um tal de sistema. Precisa de uma ressonância magnética, põe no sistema! E lá se espera dois anos e não sai a ressonância, Secretária! É o fim do mundo! É o fim do mundo!

O Chico longa vida aqui, o Deputado Chico Leite, falou o seguinte: caiu o Cunha. Deus que permita que ela caia também, o mais rápido possível.

Uma boa noite a todos e obrigado por tudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado.

Sr. Donato, eu quero somente fazer um parêntese aqui. No que diz respeito à CPI dos Transportes, eu convido o senhor para tomar ciência do relatório, porque, realmente, o relatório não terminou em pizza, não vai terminar em pizza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Nós fizemos, em concordância com o Ministério Público, com o Dr. Lisandro, Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e pode ter certeza, pedimos o indiciamento de 17 pessoas. Enquanto o Ministério Público só pediu de seis. Eu espero que as pessoas, se condenadas, devolvam aquilo que está sendo roubado mês a mês do contribuindo do Distrito Federal. Isso não é coisa de Oposição, não, é coisa de insatisfação.

Eu sou advogado há mais de trinta anos e não aceito o que está acontecendo no Distrito Federal. É um roubo continuado, mês a mês, que é a tarifa técnica.

Estivemos ontem no Tribunal de Contas, com o Dr. Leonardo Bessa, do Ministério Público, e tenho certeza de que essa licitação será cancelada, exatamente pelo roubo que se faz mês a mês. Isso é inaceitável para a população.

Eu, o Deputado Raimundo Ribeiro e Deputada Sandra Faraj votamos pelo cancelamento da licitação do transporte público e pelo indiciamento dessas pessoas, tipificando cada uma delas naquilo que foram a licitude.

Tenho certeza de que essa CPI da Saúde vai obter resultado. Ainda que alguns desacreditem dela, eu posso dizer isso, porque a pessoa foi indicada pelo meu bloco e eu garanto por ela. A pessoa indicada é um policial civil, o Deputado Wellington Luiz. Tenho certeza de que esta Casa vai cobrar, estaremos em cima desses Deputados, mesmo porque, o Governador perdeu a indicação de pessoas dele para a CPI. Das pessoas que estão na CPI, quatro delas, ou são da Oposição ou é pessoa do grupo de independência desta Casa. Portanto, essa CPI da Saúde não vai terminar em pizza. Mesmo que eles queiram, nós e os outros Deputados não vamos deixar, em hipótese nenhuma.

Eu volto a insistir em uma coisa. Eu sou advogado de carreira, sou oriundo do Governo Federal, da Procuradoria do antigo INSS. A minha esposa é servidora aposentada da Câmara dos Deputados. Eu quero me aposentar, mas o povo não deixa. Eu queria me aposentar justamente porque gostaria de estar viajando também. Eu faço isso aqui porque gosto, e aquilo de que eu gosto, eu procuro fazer bem feito.

Hoje nós temos representações em doze estados do Brasil. Eu gostaria de estar nessas representações, mas nem tempo para viajar para visitar o meu povo eu tenho, mas pode ter certeza absoluta, povo do Distrito Federal, de que não sei se vou estar aqui na próxima legislatura, mas, a depender de mim e de pelo menos mais sete deputados, aqui nada vai terminar em pizza, mesmo porque eu não gosto de pizza, porque engorda.

Passarei a palavra para o Eldo Raposo. Depois ouviremos mais duas pessoas: Fernando Chin e Rodrigo Conde. Ouviremos essas pessoas que estão inscritas e vamos encerrar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Concedo a palavra ao Sr. Eldo Raposo.

SR. ELDO RAPOSO – Boa noite. Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa do Jorge Viana, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem. Agradeço o Deputado Bispo Renato Andrade por propor essa audiência pública.

Todo mundo falou aqui que as organizações sociais não têm interesse filantropo. Eu tenho uma solução que é filantrópica para solucionar o SUS aqui no Distrito Federal. E ela se chama servidores públicos da Secretaria de Estado de Saúde. Porque eu e meus colegas, quando falta gaze para fazer curativo, fazemos uma vaquinha e compramos gaze. Nós somos filantropos. Quando vem um usuário da área rural, de Brazlândia, digamos, e não tem dinheiro para voltar para casa, nós fazemos vaquinha para pagar a passagem desse cara. Nós servidores da Secretaria de Estado de Saúde, digo nós todos, estamos aqui porque gostamos, estamos aqui porque acreditamos no SUS. Estamos pelo salário também, mas, com tanto golpe de salário que nós levamos por falta de reajustes, está compensando mais ir para outros órgãos. Quem está aqui na Secretaria de Saúde e permanece é porque gosta e acredita no Sistema Único de Saúde.

Eu gostaria de sugerir algumas coisas aqui que a secretária adjunta falou. Inclusive, eu votei nesse governo e fiz campanha para estar lá. Então, eu me coloco na posição de traído. É um governo que tem tomado a posição de tirar a responsabilidade de si e jogar em outras coisas. Então, se o faturamento é baixo, o servidor tem que se sensibilizar. Sensibilizar-se? Eu vou dar um exemplo: no centro de saúde onde eu trabalho, nós atendemos em média novecentos pacientes. Sabem como a gente lança a estatística? Em um livro, porque o sistema não funciona para fazer faturamento. Eu faço o meu, mas a Secretaria de Saúde sabe? O Ministério da Saúde sabe? Não, porque a gestão é ineficiente. Então, a gente tem soluções, sim.

Eu acho justo que a gente tenha seminários para discutir. A gente tem que ouvir quem está na ponta, porque quem está na gestão não consegue ter tentáculos para chegar e enxergar os problemas.

O que eu queria dizer é que essa audiência é pontual. Ela não é para discutir os planos de saúde. A gente pode ter dispositivos a partir daqui, mas um ponto daqui é que nós não queremos organizações sociais no sistema público de saúde. Nós queremos nos resguardar no art. 196 da Constituição Federal, que diz: “A saúde é um direito de todos e é dever do Estado.” É dever do Estado, não é dever de organizações sociais nem de empresas, nem é para interesses escusos e de enriquecimento de seu ninguém.

É isso, gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Eldo.

Concedo a palavra à penúltima pessoa a falar, Fernando Chin.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

SR. FERNANDO CHIN – Eu gostaria de agradecer ao Presidente da Mesa, Deputado Bispo Renato Andrade; à Subsecretária de Saúde, Eliene Berg; ao Sr. Helvécio Ferreira; ao Sr. Secretário Marcelo Santos, da Seplag; ao Sr. Jorge Viana e ao nosso outro companheiro, do qual não lembro o nome.

Eu faço parte da comissão dos aprovados para o cargo de técnico-administrativo. A nossa discussão aqui é que há um problema na saúde pública hoje, relatado e constatado em qualquer hospital em que você compareça. Conversa-se muito sobre esse programa de gestão. Mas como se vai realizar uma gestão eficiente do sistema público de saúde se, só por aposentadorias, exonerações e falecimentos, nós temos um déficit de, pelo menos, 640 servidores técnico-administrativos. Não tem como se falar em gestão eficiente se não tem quem faça gestão eficiente.

Se nós queremos que realmente aconteça essa gestão, para que implementar OS se podemos simplesmente convocar os servidores que foram aprovados no concurso para realizarem essa gestão? Meus colegas que estão aqui, que sobreviveram até este momento, concordam comigo, querem fazer essa gestão acontecer, mas não tem como acontecer, porque, até o presente momento, não foi convocado nenhum concursado para o nosso cargo de técnico-administrativo.

Então, eu gostaria de propor principalmente ao Secretário de Planejamento, que está presente, que permita, se possível, dentro da capacidade orçamentária do governo, que esses servidores técnico-administrativos sejam convocados para preencherem as vagas, para que possamos trabalhar e fazer com que a Secretaria de Estado de Saúde volte a ser um órgão eficiente e a saúde pública volte a ser o que era nos anos 80, quando era muito melhor do que é hoje em dia. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado. Vocês são guerreiros, os últimos presentes.

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Conde, Diretor do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília.

SR. RODRIGO CONDE – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Bispo Renato Andrade e os trabalhadores na pessoa da Marli Rodrigues, Presidente do SindSaúde.

Deputado, na verdade, historicamente, o que há na Secretaria de Saúde é uma sabotagem obscura praticada por determinados grupos que se assemelha à forma da máfia italiana, da Camorra, sei lá. É até complicado de explicar. Há uma sabotagem sistemática para que a Secretaria de Saúde não funcione, porque, se funcionar, se der certo, vai atrapalhar aqueles interesses de diversas pessoas que pensam exclusivamente nos lucros que o dinheiro público pode lhes oferecer. Essas pessoas usam os mais diversos e escusos meios para colocarem, dia a dia, dificuldades para que esses faturamentos que foram diversas vezes citados aqui hoje não sejam feitos. Como é que um hospital que pode faturar 25 milhões fatura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

somente 1,5 milhão? Isso é inexplicável! Só na Secretaria de Saúde. E só por meio de uma CPI como essa é que podemos tentar descobrir. Não há outra forma, não vejo outra solução no fim do túnel.

E essas pessoas vêm agora, por meio dessas OS, oferecer uma mágica. A mim, parece uma mágica, porque, de repente, vai passar a dar certo da noite para o dia, do dia para a noite – não sei bem como eles pensam. Mas parece uma mágica o que está aí colocado. Esse Governador defende hoje essas OS com tanta insistência.

Eu me lembro bem de um programa político que ele gravou em frente à UPA da Ceilândia. Acho que todos já devem ter assistido a esse vídeo da época da campanha política, que circula nas redes sociais. Ele disse que ia valorizar os servidores e que ia dar condição de trabalho aos servidores para atenderem bem a população. Eu não vi isso até agora, mas o debate sobre a OS, ele faz! Isso não estava naquele programa de governo que ele ofereceu à população. A população não votou nisso. Não foi para isso que os votos foram depositados na urna. Mas ele insiste em colocar esse debate na mesa. Da valorização, ele se esqueceu; as leis, ele não está cumprindo; e a população não vem sendo assistida.

Na verdade, o governo tem que parar de fazer política com a saúde e pensar em fazer política de saúde de qualidade. É disso que a gente precisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado.

Eu quero dizer que o encaminhamento, vamos fazê-lo um pouco diferente. Eu pedi que as notas taquigráficas sejam levadas para nós. Não vou ver isso sozinho, mas em conjunto com a Deputada Celina Leão e os membros da Mesa Diretora. Vamos ter uma reunião amanhã, às 15 horas, já para fazermos o encaminhamento conjunto não do meu gabinete, mas da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Há um pedido do Deputado Raimundo Ribeiro para um seminário. Com certeza, vamos entrar em contato com as pessoas que compuseram a Mesa e com aquelas pessoas que estiveram aqui, hoje, para que a gente possa fazer o encaminhamento.

O mais importante é o seguinte: enquanto a CPI da Saúde estiver instalada, a Deputada Celina Leão disse que não vai pautar nesta Casa a votação das OS. Este é um ponto principal: que não seja pautado, para que a gente possa esgotar, em um seminário, aquilo que é favorável e aquilo que é contra.

Eu estava contando, nesses dias, e temos, hoje, doze votos dentro desta Casa para não aprovar as OS. Como o governador tem a habilidade de um elefante em uma sala de cristais – S.Exa. conseguiu brigar com praticamente todos os Deputados desta Casa –, acredito que não são mais doze Deputados. Hoje, o Governador não tem mais do que cinco Deputados que apoiam o governo dele aqui. Posso dizer pelo meu grupo político que não queremos um único cargo neste governo. Nós não queremos fazer parte deste governo. Só queremos que este governo dê certo. E podem ter certeza de que a nossa luta é por Brasília; não contra pessoas, mas em favor delas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2016	15h14min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

Agradeço a presença do Dr. Jairo Bisol, do Dr. Marcelo Herbert de Lima, do Sr. Helvécio Ferreira, do Sr. Marcos Gutemberg Fialho da Costa, do Sr. Márcio da Mata Souza; do Sr. Jorge Viana e da Sra. Marli Rodrigues.

A Sra. Marli realmente é uma guerreira. A senhora estava brava, pedindo ao governador para ir embora. Espere mais um pouquinho, pelo menos mais uma semana.

Agradeço também a presença do Hélio Francisco Nascimento.

Declaro encerrada esta Comissão Geral.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

(Levanta-se a sessão às 19h02min.)